

Boletim Econômico

Este boletim apresenta um resumo das principais receitas do Estado de Goiás, incluindo a Receita Corrente Líquida, a Receita Total, a Arrecadação Bruta, a Execução Orçamentária e o Resultados Orçamentário.

Atualizado no mês desta edição.

Edição de janeiro de 2026



A edição de janeiro de 2026 apresenta os principais destaques da arrecadação estadual, com foco no desempenho do ICMS por setores macroeconômicos, além dos resultados do IPVA, ITCD, PROTEGE, FUNDEINFRA e das Transferências Constitucionais.

No campo das despesas, o boletim detalha a execução orçamentária, contemplando as etapas de dotação, empenho, liquidação e pagamento, bem como a distribuição por grupos de despesa e funções econômicas.

Em janeiro de 2026, o Estado de Goiás registrou uma Receita Total de R\$ 4,47 bilhões, resultado que representa um crescimento de 17,95% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, as despesas liquidadas somaram R\$ 3,38 bilhões, gerando um Resultado Orçamentário de R\$ 1,08 bilhão.

A Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses atingiu R\$ 46,01 bilhões, representando um crescimento de 8,12%.

Francisco Sérvulo Freire Nogueira
Secretário de Estado da Economia

SUMÁRIO

1. Receita Orçamentária	7
1.1 Receita Total (RT)	8
1.2 Transferências Correntes	10
2. Arrecadação Tributária	11
2.1 Arrecadação bruta do ICMS	12
2.2 Análise por Setor	13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5 Recuperação de Créditos	22
2.6 Arrecadação do PROTEGE	24
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA	25



SUMÁRIO

3. Execução Orçamentária	25
3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3 Despesa Liquidada	30
3.4 Mínimos Constitucionais	31
4. Principais Resultados	33
4.1 Resultado Orçamentário	34
4.2 Resultado Primário	35
4.3 Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5 Disponibilidade de Caixa	38



Desempenho da Receita Estadual em janeiro de 2026

O Estado de Goiás registrou uma receita total de R\$ 4,47 bilhões em janeiro de 2026, representando um crescimento de 17,95% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as Receitas Orçamentárias Líquidas, após as transferências para os municípios e para o FUNDEB, o ICMS apresentou um aumento de R\$ 339,30 milhões (25,96%) na comparação com o mesmo período de 2025. As receitas do IPVA registraram um crescimento acumulado de R\$ 20,67 milhões (11,58%), enquanto o ITCD apresentou uma queda de arrecadação de R\$ 9,33 milhões (-15,61%).

Elevação das transferências correntes

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de receita oriundas de transferências correntes do Governo Federal. No mês de janeiro de 2026, o FPE registrou montante de R\$ 434,17 milhões, enquanto o FUNDEB acumulou R\$ 533,23 milhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de 15,49% e o FUNDEB aumento de 48,92%.

Arrecadação bruta em janeiro de 2026

A arrecadação bruta do ICMS em janeiro de 2026 apresentou um crescimento de 25,71% em relação ao mesmo mês de 2025, alcançando R\$ 2,73 bilhões, contra R\$ 2,17 bilhões do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pelos seguintes setores: Combustíveis (+107,73%), devido à alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes, à atualização das alíquotas ad rem do ICMS monofásico e à evolução dos volumes comercializados; Energia Elétrica (+81,70%), cujo incremento decorreu, em grande medida, da eliminação do mecanismo de adiantamento de receita para o setor; e Comunicação (+39,78%), influenciado pela alteração na IN 155/94.

Destaque na arrecadação bruta do IPVA, ITCD e FUNDEINFRA

Em janeiro de 2026, a arrecadação bruta do IPVA foi de R\$ 499 milhões, alta de 11,91% frente ao mesmo período de 2025. O ITCD arrecadou R\$ 65 milhões, queda de 11,52%, enquanto o FUNDEINFRA, no acumulado do ano, arrecadou R\$ 39,88 milhões, representando um aumento em relação ao montante arrecadado no mesmo período de 2025 (R\$ 30,66 milhões), o que representa uma variação positiva de 30,06%.

Investimentos em saúde e educação

Na aplicação de recursos vinculados, a área da saúde registrou R\$ 2,04 bilhões em despesas empenhadas. Já na educação, em janeiro de 2026, foram empenhadas com Recursos de Impostos (exceto FUNDEB) R\$ 569,15 milhões, enquanto as Despesas custeadas com recursos do FUNDEB, somaram R\$ 369,97 milhões. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou R\$ 939,11 milhões.

Principais resultados fiscais

O Estado apresentou superavit orçamentário e primário de R\$ 1,08 bilhões e 760 milhões respectivamente no mês de janeiro. A Receita Corrente Líquida atingiu R\$ 46,01 bilhões em janeiro (acumulado dos últimos 12 meses), representando um crescimento de 8,12% em relação a 2025. Em relação ao indicador de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, esse percentual ficou em 40,29%, abaixo do limite de alerta de 43,74%.

Por fim, a Disponibilidade de Caixa Bruta somou R\$ 12,94 bilhões. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), um montante de R\$ 2,81 bilhões, dos Restos a Pagar de R\$ 2,15 bilhões e de outras obrigações financeiras de R\$ 383,44 milhões, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou R\$ 7,61 bilhões.

1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.1	Receita Total (RT)	8
1.2	Transferências Correntes	10

Esta seção apresenta uma visão geral da arrecadação estadual, com ênfase na Receita Total de janeiro de 2026, comparando-a ao mesmo período do ano anterior. Além disso, apresenta-se um panorama sintético das receitas orçamentárias, seguindo um formato semelhante ao do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Por fim, detalha-se as receitas oriundas das transferências correntes.



Receita Total (RT)

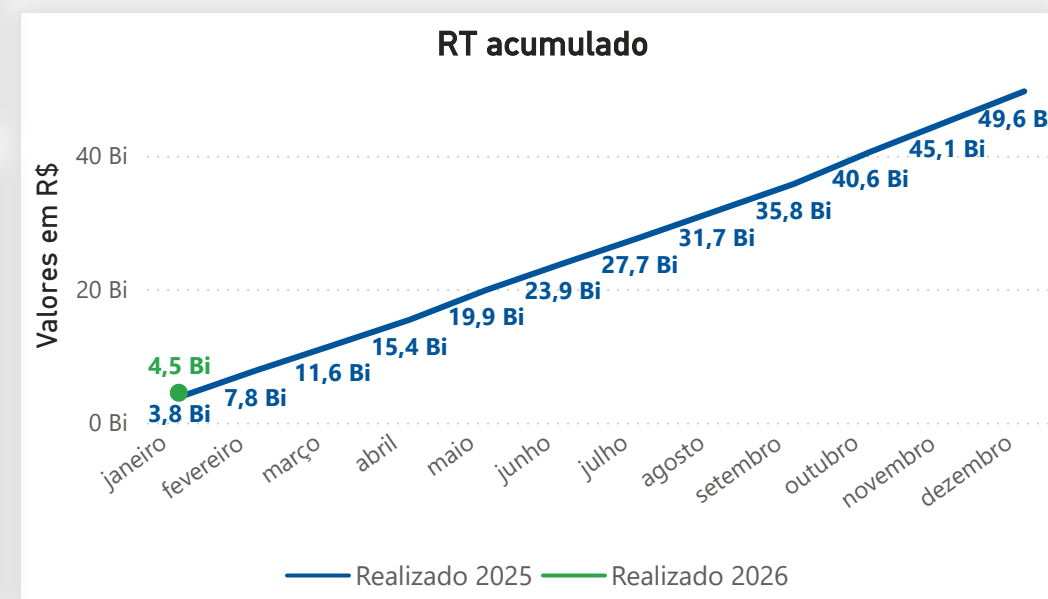
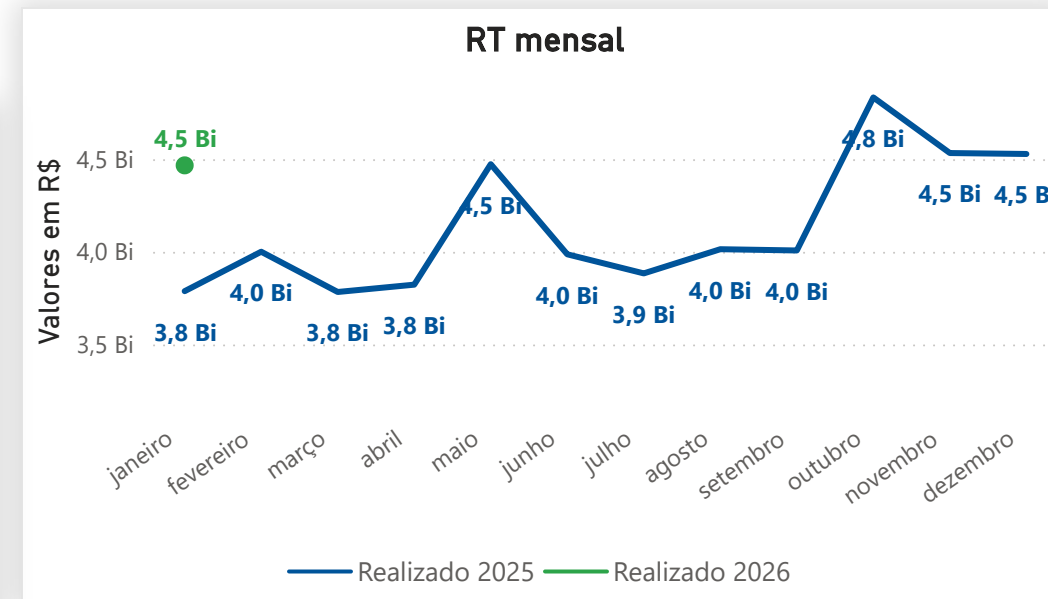
Acumulada e mensal

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 2025	Acumulado 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) Acumulado
janeiro	3.787 Mi	4.466 Mi	3.787 Mi	4.466 Mi	▲ 17,93%	▲ 17,93%
fevereiro	4.000 Mi		7.788 Mi			
março	3.783 Mi		11.571 Mi			
abril	3.822 Mi		15.393 Mi			
maio	4.473 Mi		19.866 Mi			
junho	3.986 Mi		23.852 Mi			
julho	3.883 Mi		27.735 Mi			
agosto	4.014 Mi		31.749 Mi			
setembro	4.007 Mi		35.756 Mi			
outubro	4.833 Mi		40.589 Mi			
novembro	4.533 Mi		45.122 Mi			
dezembro	4.528 Mi		49.649 Mi			

Em janeiro de 2026, a Receita Total atingiu **R\$ 4,47 bilhões**, representando crescimento de **17,93%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita Total se divide em:

- Receitas Correntes, representando o montante de **R\$ 4,29 bilhões**;
- Receitas de Capital, representando o montante de **R\$ 28,60 milhões**.

Os detalhes estão na Tabela da página 9.



Receita Total (RT)

Resultado em janeiro de 2026

Natureza de receita	Acumulado 2026 (Realizado até Jan)	Acumulado 2025 (Realizado até Jan)	Diferença (2026 - 2025)	Diferença % (2026 - 2025)
1. RECEITAS CORRENTES	4.286,47 Mi	3.636,38 Mi	▲ 650,09 Mi	17,88%
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.467,84 Mi	2.071,10 Mi	▲ 396,74 Mi	19,16%
ICMS	1.646,16 Mi	1.306,86 Mi	▲ 339,30 Mi	25,96%
IPVA	199,19 Mi	178,51 Mi	▲ 20,67 Mi	11,58%
ITCD	50,47 Mi	59,80 Mi	▼ -9,33 Mi	-15,61%
IRRF	262,47 Mi	242,71 Mi	▲ 19,76 Mi	8,14%
Outras receitas tributárias	309,55 Mi	283,21 Mi	▲ 26,34 Mi	9,30%
1.2. CONTRIBUIÇÕES	167,11 Mi	161,37 Mi	▲ 5,74 Mi	3,56%
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	180,68 Mi	194,20 Mi	▼ -13,52 Mi	-6,96%
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi	0,01 Mi	▼ 0,00 Mi	-67,37%
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	16,33 Mi	13,32 Mi	▲ 3,00 Mi	22,55%
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.107,80 Mi	922,22 Mi	▲ 185,57 Mi	20,12%
Cota-Parte do FPE	434,17 Mi	375,94 Mi	▲ 58,23 Mi	15,49%
Cota-Parte do IPI - LC 61/1989	10,42 Mi	8,64 Mi	▲ 1,77 Mi	20,51%
Transferências do FUNDEB	533,23 Mi	358,06 Mi	▲ 175,17 Mi	48,92%
Outras Transferências Correntes	129,98 Mi	179,59 Mi	▼ -49,61 Mi	-27,62%
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	346,70 Mi	274,15 Mi	▲ 72,55 Mi	26,46%
Contribuições ao PROTEGE	125,51 Mi	128,96 Mi	▼ -3,46 Mi	-2,68%
FUNDEINFRA	39,87 Mi	30,65 Mi	▲ 9,22 Mi	30,10%
Demais Receitas Correntes	181,33 Mi	114,54 Mi	▲ 66,79 Mi	58,31%
2. RECEITAS DE CAPITAL	28,60 Mi	5,22 Mi	▲ 23,37 Mi	447,37%
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00 Mi	0,00 Mi	▲ 0,00 Mi	
2.2. ALIENAÇÃO DE BENS	0,20 Mi	0,37 Mi	▼ -0,16 Mi	-44,69%
2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,61 Mi	0,83 Mi	▼ -0,21 Mi	-25,76%
2.3. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27,77 Mi	4,03 Mi	▲ 23,73 Mi	588,62%
2.4. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,02 Mi	0,00 Mi	▲ 0,02 Mi	
Demais receitas primárias	0,00 Mi	0,00 Mi	▲ 0,00 Mi	
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	4.315,06 Mi	3.641,60 Mi	▲ 673,46 Mi	18,49%
Receitas Intraorçamentárias	151,26 Mi	145,76 Mi	▲ 5,51 Mi	3,78%
RECEITA TOTAL	4.466,33 Mi	3.787,36 Mi	▲ 678,97 Mi	17,93%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (S/ FONTES RPPS)	4.008,19 Mi	3.329,60 Mi	▲ 678,59 Mi	20,38%

Esta tabela traz uma fotografia mais detalhada das receitas estaduais contidas no Anexo 1 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) no mês de **janeiro** de 2026.

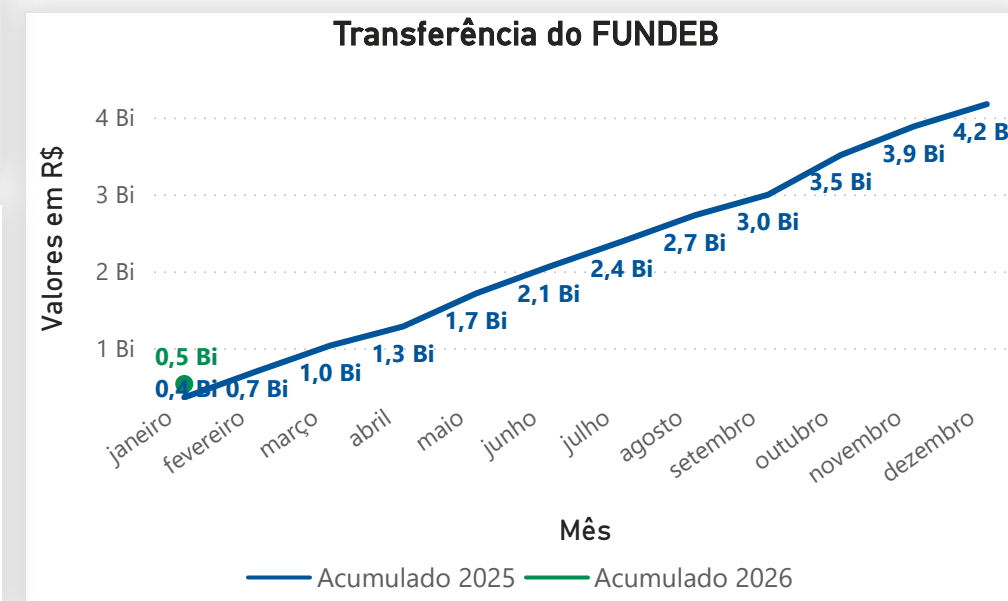
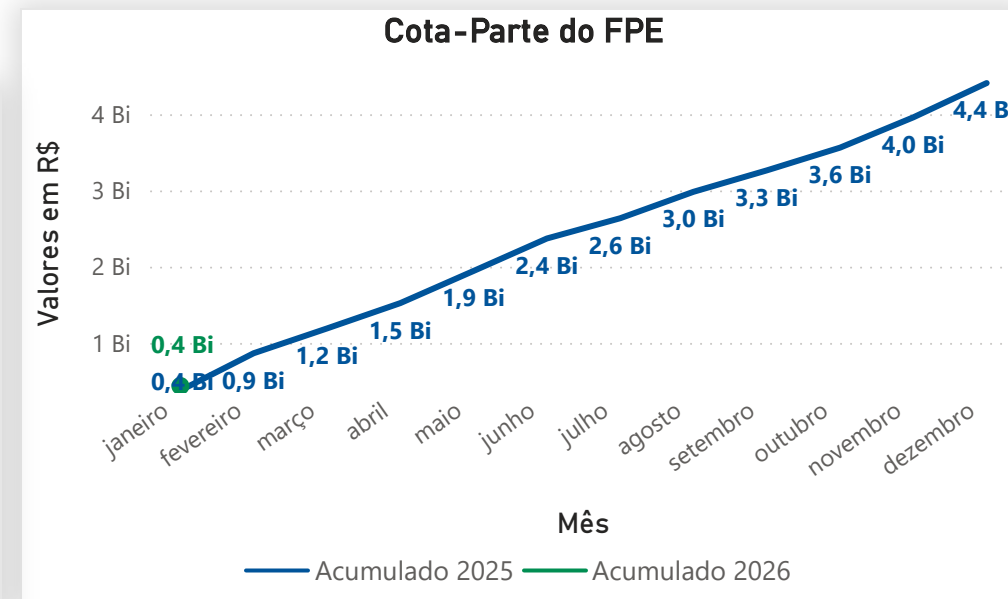
Transferências Correntes

Resultado em janeiro de 2026

Mês	Mensal 2025 (FPE)	Mensal 2026 (FPE)	Acumulado 2025 (FPE)	Acumulado 2026 (FPE)	Mensal 2025 (FUNDEB)	Mensal 2026 (FUNDEB)	Acumulado 2025 (FUNDEB)	Acumulado 2026 (FUNDEB)
janeiro	375,94 Mi	434,17 Mi	375,94 Mi	434,17 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi
fevereiro	488,38 Mi		864,31 Mi		342,77 Mi		700,83 Mi	
março	324,87 Mi		1.189,18 Mi		331,72 Mi		1.032,55 Mi	
abril	332,28 Mi		1.521,47 Mi		248,93 Mi		1.281,48 Mi	
maio	421,85 Mi		1.943,32 Mi		429,11 Mi		1.710,59 Mi	
junho	425,62 Mi		2.368,93 Mi		347,93 Mi		2.058,52 Mi	
julho	265,67 Mi		2.634,61 Mi		328,27 Mi		2.386,80 Mi	
agosto	346,70 Mi		2.981,31 Mi		341,32 Mi		2.728,12 Mi	
setembro	280,75 Mi		3.262,05 Mi		266,24 Mi		2.994,37 Mi	
outubro	298,36 Mi		3.560,42 Mi		517,11 Mi		3.511,48 Mi	
novembro	397,73 Mi		3.958,15 Mi		371,47 Mi		3.882,95 Mi	
dezembro	449,31 Mi		4.407,46 Mi		289,83 Mi		4.172,78 Mi	

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de transferência de recursos para os estados. No mês de janeiro de 2026, o FPE registrou montante de **R\$ 434,17** milhões, enquanto o FUNDEB acumulou **R\$ 533,23** milhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de **15,49%** e o FUNDEB aumento de **48,92%**.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é diretamente influenciado pela arrecadação dos principais tributos federais que o compõem, notadamente o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por sua vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é financiado a partir de parcelas de tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCD. Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes subnacionais com base em critérios que buscam promover maior equidade na oferta da educação básica.



2. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.1	Arrecadação bruta do ICMS	13
2.2	Análise por Setor	14
2.3	Arrecadação bruta do IPVA	21
2.4	Arrecadação bruta do ITCD	22
2.5	Recuperação de Créditos	23
2.6	Arrecadação do PROTEGE	25
2.7	Arrecadação do FUNDEINFRA	26

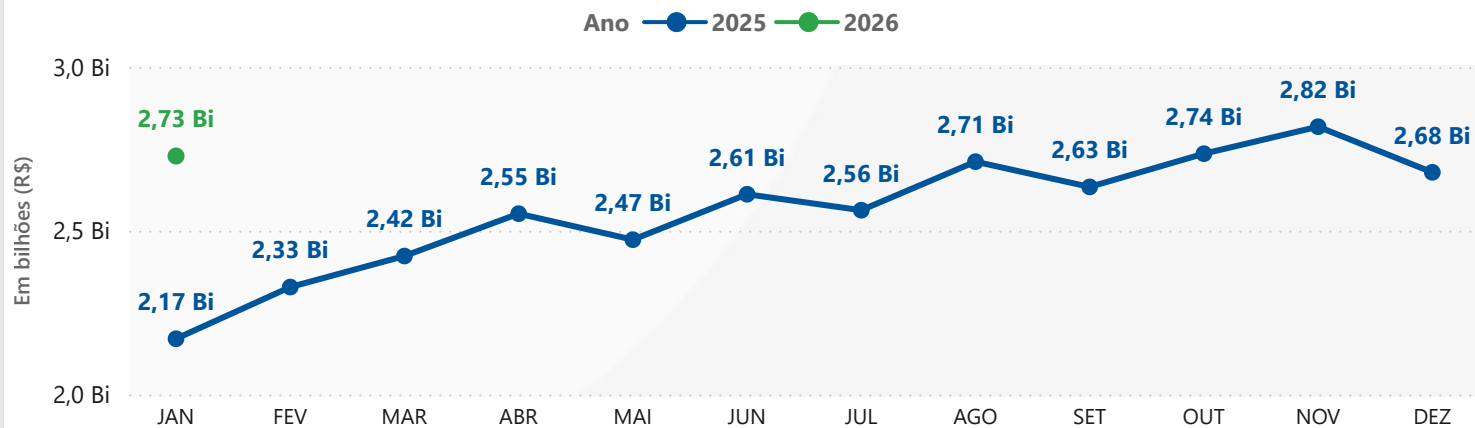
Esta seção apresenta a arrecadação bruta estadual, com destaque para os principais tributos: ICMS, segmentado pelos principais macrossetores, além de IPVA e ITCD. Ao final, apresenta-se informações sobre o programa de recuperação de crédito, a arrecadação destinada ao fundo PROTEGE e ao FUNDEINFRA. Os dados são fornecidos pela Superintendência de Informações Fiscais.



Arrecadação bruta do ICMS

Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação de ICMS por mês



Arrecadação do ICMS por segmento econômico (2025 x 2026)

Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2025)	ICMS (Acum. 2026)	Varição Percentual
COMBUSTÍVEL	335.496.259,60	696.908.747,11	▲ 107,72%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	470.964.028,65	512.512.315,66	▲ 8,82%
COMÉRCIO VAREJISTA	489.154.786,79	489.558.822,28	▲ 0,08%
COMUNICAÇÃO	38.485.958,08	53.808.407,62	▲ 39,81%
ENERGIA ELÉTRICA	138.867.992,66	252.316.675,27	▲ 81,70%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	7.508.598,85	5.540.419,96	▼ -26,21%
INDÚSTRIA	459.933.346,14	493.331.011,93	▲ 7,26%
OUTRAS	113.702.660,97	109.736.396,23	▼ -3,49%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	70.745.444,82	73.623.807,34	▲ 4,07%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	45.346.014,45	40.734.420,44	▼ -10,17%
Total	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	25,71%

Arrecadação de ICMS por mês

Mês	Arrecadação ICMS (2025)	Arrecadação ICMS (2026)	Varição Percentual
JAN	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	▲ 25,71%
Total	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	25,71%

Em janeiro de 2026, a arrecadação de ICMS totalizou **R\$ 2,72 bilhões**, registrando um crescimento de **25,71%** em relação ao mesmo mês do ano anterior. Essa alta variação teve grande influência da Instrução Normativa nº1.598/24, em 27 de dezembro de 2024, que reformulou o calendário do ICMS, eliminando, a partir de 1º de janeiro de 2025, as antecipações de pagamento para setores como combustíveis, energia elétrica e comunicação, o que impactou a arrecadação de janeiro de 2025, visto que houve o abatimento da parcela paga antecipadamente em dezembro de 2024, quando o regime de antecipação ainda estava em vigor.

O desempenho positivo foi impulsionado pelo avanço em setores como:

- Combustíveis (+**107,72%**), que decorre, principalmente, da alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes do setor, da atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e da evolução dos volumes comercializados;
- Energia Elétrica (+**81,70%**), sendo que incremento de **81%** decorreu, em grande medida, da eliminação do mecanismo de adiantamento de receita para o setor; e
- Comunicação (+**39,81%**), também influenciado pela alteração na **IN 155/94**.

Se destacaram negativamente os resultados na produção agropecuária (-**10,17%**) e no setor extrator mineral ou fóssil (-**26,21%**).

Análise do Setor

Combustível

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Combustíveis (GCOM)

ICMS Arrecadado pelo Setor: Janeiro

335.496.259,60

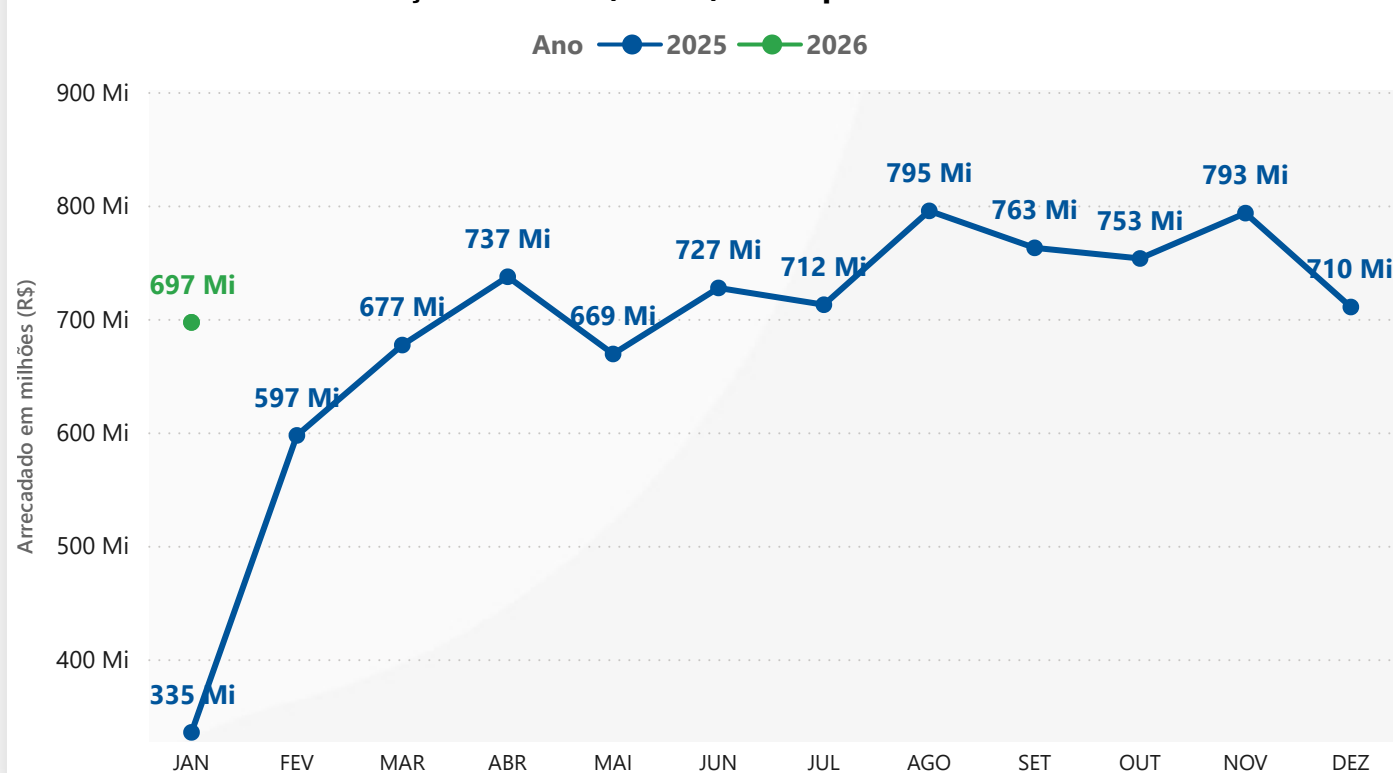
2025

696.908.747,11

2026

107,72%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



O crescimento de **107,72%** na arrecadação de janeiro de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorre, principalmente, da alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes do setor, implementada no início de 2025. Somam-se a esse fator a atualização das alíquotas *ad rem* do ICMS monofásico e a evolução dos volumes comercializados, que impactaram de forma decisiva o resultado observado.

Com a adoção do novo cronograma, o recolhimento de parcela significativa do ICMS do setor, anteriormente efetuado no próprio mês da operação, passou a ocorrer até o décimo dia do mês subsequente. Essa modificação reduziu a base de comparação de janeiro de 2025 — primeiro mês de vigência da nova sistemática —, o que intensifica o crescimento verificado na análise da arrecadação de janeiro de 2026.

Adicionalmente, as alíquotas do ICMS monofásico foram reajustadas a partir de 1º de fevereiro de 2025, conforme estabelecido pelos Convênios ICMS nº 126/24 e 127/24, com elevação para gasolina e etanol anidro (**+7,3%**) e para óleo diesel e biodiesel (**+5,3%**), além de redução para o GLP (**-1,7%**). Tais alterações repercutiram positivamente na arrecadação dos meses subsequentes, contribuindo de maneira relevante para o desempenho registrado em janeiro de 2026.

Por fim, os volumes destinados ao consumo em Goiás, referentes a dezembro de 2025, apresentaram variações expressivas em relação a dezembro de 2024, com crescimento na gasolina (**+20,90%**), no óleo diesel (**+5,67%**) e no GLP (**+8,03%**), ao passo que o etanol hidratado registrou retração (**-7,95%**). No mesmo período, a comercialização de etanol anidro de Goiás destinado a outras unidades da Federação evidenciou forte expansão (**+32,76%**). Em conjunto, esses fatores também contribuíram de forma significativa para o aumento da arrecadação observado em janeiro de 2026.

Análise do Setor

Energia Elétrica

ICMS Arrecadado pelo Setor: Janeiro

138.867.992,66

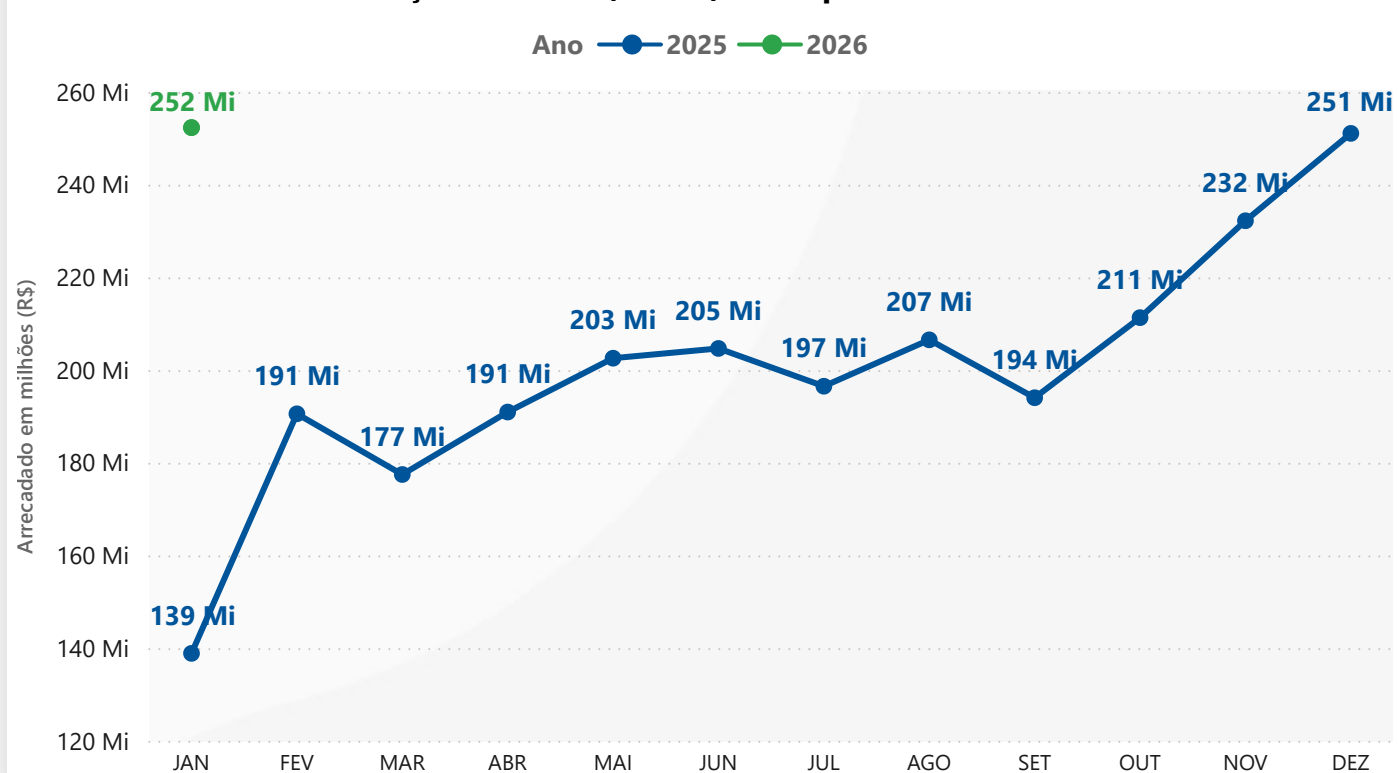
2025

252.316.675,27

2026

81,70%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

A receita total de ICMS referente às operações com energia elétrica no mês de janeiro de 2026 (mês de referência dezembro/2025) foi **81,70%** superior à verificada no mesmo período do exercício anterior. O resultado decorre da predominância de fatores positivos (+) sobre fatores negativos (-), conforme discriminado a seguir:

(+) O incremento de **81,7%** decorreu, em grande medida, da eliminação do mecanismo de adiantamento de receita para o setor, em razão da alteração promovida na **IN 155/94-GSF**, que havia impactado negativamente a arrecadação de janeiro de 2025;

(+) Reajuste tarifário médio de **18,5%**, vigente a partir de 22/10/2025, aplicado à principal distribuidora de energia elétrica do Estado de Goiás;

(+) Vigência de bandeira tarifária amarela em dezembro de 2025, em contraste com a bandeira verde observada em dezembro de 2024;

(+) Ampliação da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência do fortalecimento dos procedimentos de fiscalização implementados (monitoramento, ações fiscais, entre outros);

(-) Crescente aumento do número de consumidores participantes do **SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica**, especialmente após a vigência da Medida Cautelar **ADI 5049774-14.2025.8.09.0000**.

Análise do Setor

Comunicação

ICMS Arrecadado pelo Setor: Janeiro

38.485.958,08

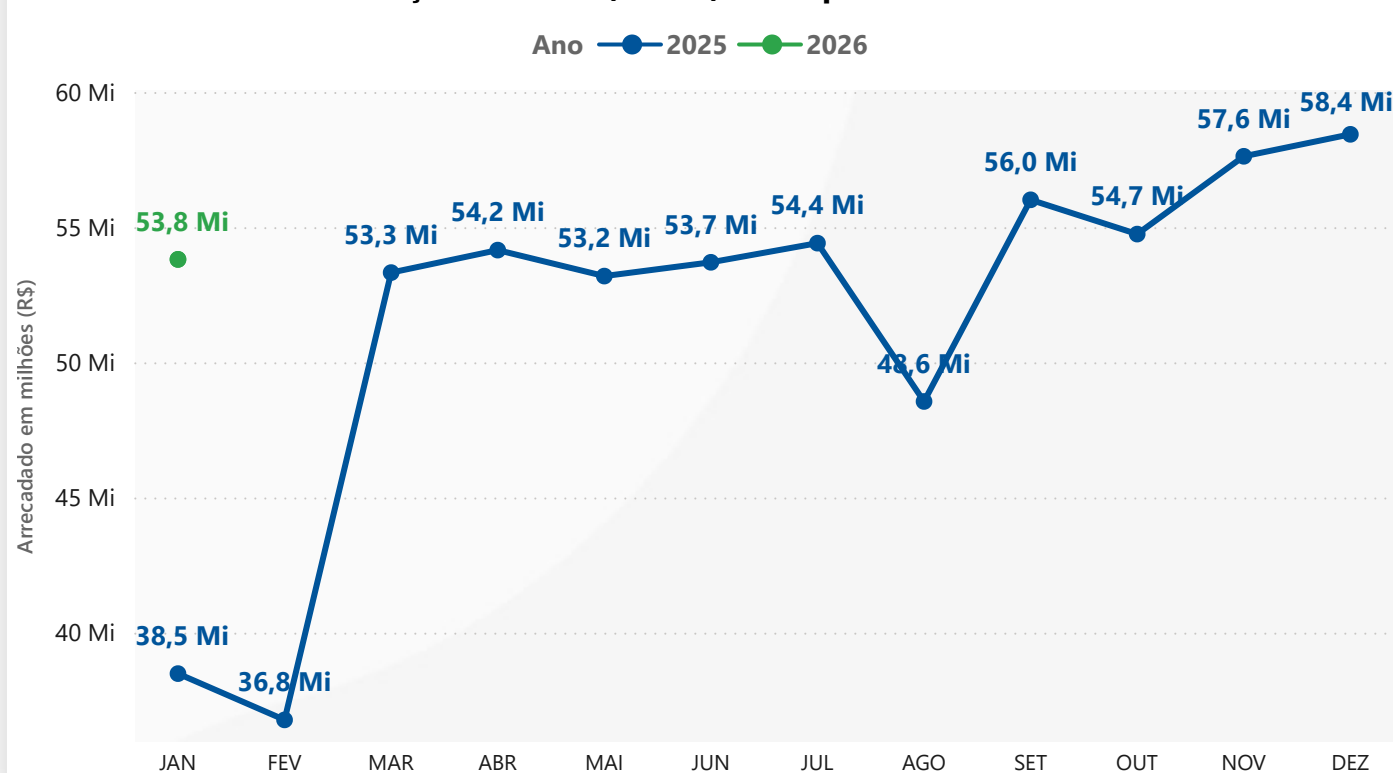
2025

53.808.407,62

2026

39,81%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Substituição Tributária (GEST)

A arrecadação de ICMS referente às prestações de serviços de comunicações foi **39,81%** superior à verificada no mesmo período do exercício anterior, resultado explicado por fatores como:

- Eliminação do mecanismo de adiantamento de receita para o setor, em razão da alteração promovida na **IN 155/94-GSF**, que havia impactado negativamente a arrecadação de janeiro de 2025;
- Aumento da percepção de risco por parte dos contribuintes, em decorrência do fortalecimento dos procedimentos de fiscalização implementados (monitoramento, ações fiscais, entre outros).

Análise do Setor

Indústria

ICMS Arrecadado pelo Setor: Janeiro

459.933.346,14

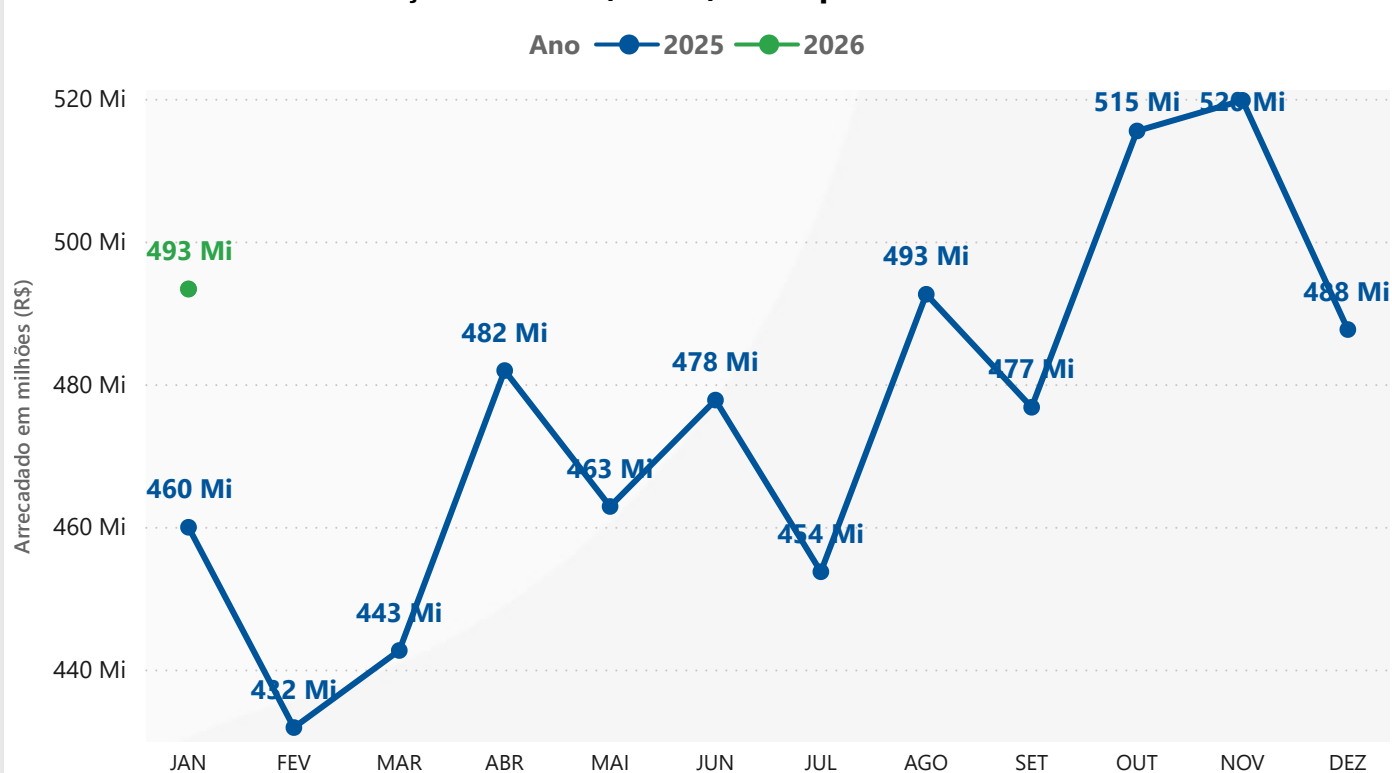
2025

493.331.011,93

2026

7,26%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

Em janeiro de 2026, a arrecadação de ICMS proveniente da atividade industrial goiana alcançou **R\$ 493,33 milhões**, registrando crescimento de **7,26%** em relação ao mesmo mês de 2025 — avanço equivalente a aproximadamente **R\$ 34 milhões**. O resultado sinaliza a retomada da trajetória de expansão observada ao longo de 2025, interrompida no final do ano, e confirma a resiliência do parque industrial goiano, sustentada principalmente pelo desempenho dos segmentos alimentício e agroindustrial, além da crescente diversificação da estrutura produtiva estadual.

Em um cenário nacional que ainda inspira cautela — com projeções da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicando crescimento de **1,8%** para o PIB brasileiro e de **1,1%** para o PIB industrial em 2026 — a indústria goiana apresenta dinamismo superior ao ritmo esperado para o país. A trajetória de redução da taxa Selic contribui para mitigar pressões financeiras e estimular novos investimentos, embora persistam incertezas no horizonte.

No recorte setorial, destacaram-se os seguintes desempenhos:

- Indústria de Bebidas (+20%)
- Vestuário (+20%)
- Alimentos (+19%)
- Agronegócio (+16%)
- Construção Civil, Mineração e Máquinas (+9%)
- Carnes (+4%)

Em sentido oposto, observaram-se retrações relevantes na Indústria de Medicamentos e Produtos Hospitalares (-30%) e na Indústria de Móveis, Eletroeletrônicos, Cinfoto, Som e Refrigeração (-15%), refletindo ajustes de mercado e possíveis efeitos associados à base de comparação.

O desempenho consolidado do período reforça a relevância da indústria na composição da arrecadação estadual e evidencia que, mesmo diante de um ambiente econômico nacional mais moderado, Goiás inicia 2026 com sinais consistentes de expansão industrial, amparado por setores estratégicos e pela solidez de sua estrutura produtiva.

Análise do Setor

Comércio Atacadista e Distribuidor

ICMS Arrecadado pelo Setor: Janeiro

470.964.028,65

2025

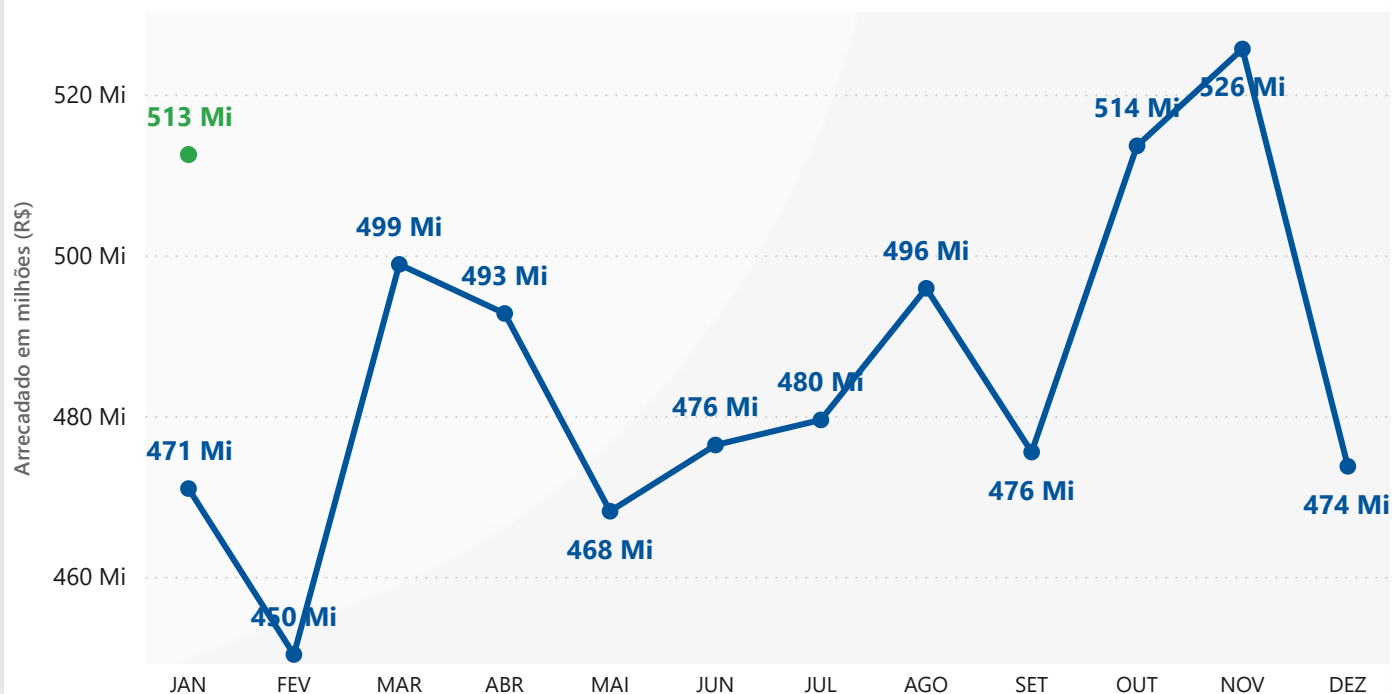
512.512.315,66

2026

8,82%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026

Ano ● 2025 ● 2026



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

Em janeiro de 2026, a arrecadação de ICMS do setor atacadista e distribuidor de Goiás totalizou mais de **R\$ 512,51 milhões**, registrando crescimento de **8,82%** em comparação com o mesmo período de 2025. O resultado representa uma reversão da retração de **5%** observada em dezembro de **2025**, demonstrando capacidade de recuperação do segmento no início do exercício.

O desempenho foi alcançado em um contexto econômico marcado por incertezas. As projeções indicam redução da taxa Selic em 2026, movimento que tende a reduzir as pressões sobre o capital de giro das empresas. Entretanto, a demanda do varejo permanece heterogênea: enquanto o varejo restrito apresentou crescimento, o varejo ampliado registrou retração, reduzindo a previsibilidade para o setor distribuidor. Adiciona-se ao contexto a volatilidade cambial, atualmente em patamar mais favorável, que pode tanto estimular importações quanto induzir cautela em segmentos mais sensíveis às oscilações externas.

Por outro lado, medidas de estímulo à renda devem favorecer parte do segmento. Destaca-se a isenção do Imposto de Renda para contribuintes com rendimentos de até **R\$ 5 mil**, medida com impacto estimado de **R\$ 28 bilhões** injetados na economia. Tal iniciativa tende a fortalecer o consumo, sobretudo itens de primeira necessidade, com efeitos positivos diretos sobre o atacado alimentício.

Sob a ótica setorial, observaram-se desempenhos relevantes, com destaque para:

- Atacado de Medicamentos e Produtos Hospitalares (+32%)
- Atacado de Veículos e Peças (+22%)
- Atacado de Fumo (+22%)
- Atacado de Produtos Químicos, Higiene, Limpeza, Papelaria, Embalagens e Outros (+8%)
- Atacados de Alimentos, Agronegócio e Construção Civil/Mineração/Máquinas (+3% cada)

Apesar do cenário amplamente positivo, duas categorias registraram retração:

- Atacado de Bebidas (-37%), possivelmente influenciado por ajustes de demanda e bases elevadas de comparação;
- Atacado de Móveis, Eletroeletrônicos, Cinefoto, Som e Refrigeração (-2%), refletindo o comportamento mais fraco do varejo ampliado.

Diante desse conjunto de resultados, o setor atacadista inicia 2026 evidenciando consistente capacidade de reação, amparado por segmentos estratégicos e por condicionantes macroeconômicos que poderão favorecer o consumo ao longo do exercício. O desempenho observado em janeiro reforça a relevância do atacado na dinâmica arrecadatária estadual e indica que, mesmo em um ambiente de maior cautela, o setor preserva sua resiliência e importância para a economia goiana.

Análise do Setor

Comércio Varejista

ICMS Arrecadado pelo Setor: Janeiro

489.154.786,79

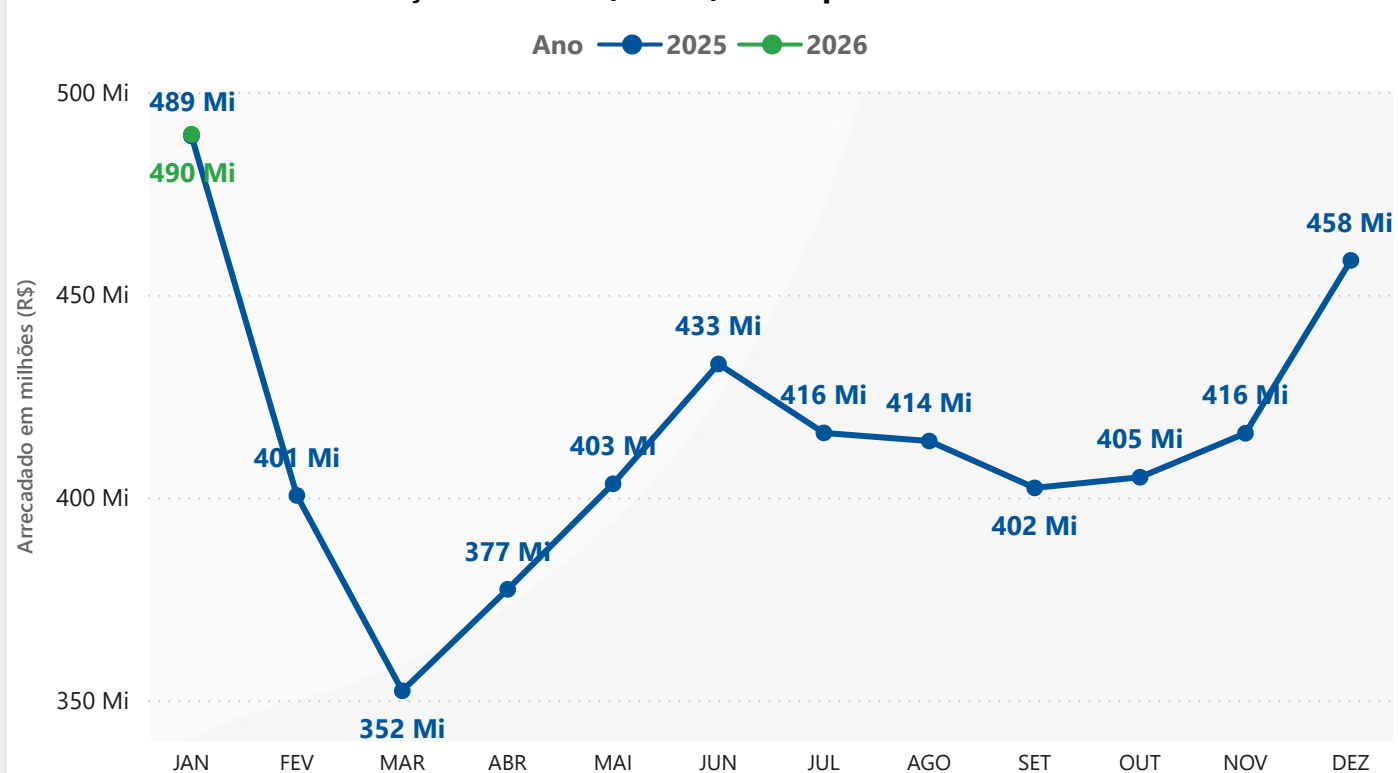
2025

489.558.822,28

2026

0,08%

Arrecadação do Setor (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Subsecretaria da Receita Estadual Gerência de Auditoria de Varejos e Serviços (GEAV)

As vendas do comércio varejista brasileiro em dezembro de 2026 registraram desempenho desafiador, com retração real de **1,5%**, conforme índice da Stone, refletindo um cenário macroeconômico caracterizado por taxa Selic elevada (aproximadamente **12,25% ao ano**) e elevado nível de endividamento das famílias. Apesar do período natalino, o volume de vendas apresentou queda de **5,5%** na comparação com o ano anterior, evidenciando desaceleração do consumo.

Nesse contexto, a arrecadação de ICMS do varejo goiano, considerando como referência o mês de dezembro de 2025, para apuração do imposto a recolher em janeiro de 2026, apresentou pequeno aumento de **0,08%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. Tal resultado indica tímido aumento nas vendas, as quais foram dificultadas, sobretudo, na aquisição de bens de maior valor agregado.

Dentre os subgrupos de atividade econômica que registraram crescimento da arrecadação de ICMS destacam-se: Móveis e Eletrodomésticos, Vestuário e Transporte. Em sentido contrário, os segmentos que apresentaram queda foram: Alimentos, Medicamentos e Produtos Hospitalares, Calçados, Produtos de Higiene e Limpeza, Veículos e Autopeças, e Construção Civil, Mineração e Máquinas.

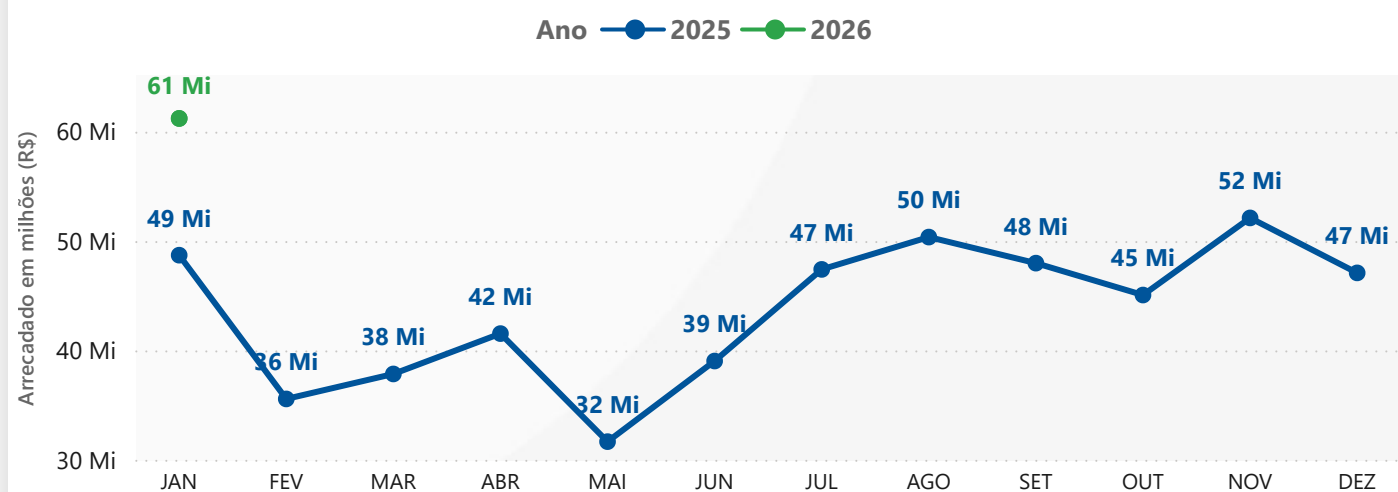
Adicionalmente, outros fatores impactaram negativamente a arrecadação de ICMS do período:

- Aumento da inadimplência, com expressivos valores em aberto por parte de grandes grupos econômicos;
- Crescimento das vendas online, o que desloca parcela da arrecadação do varejo tradicional;
- Elevação dos créditos de ICMS, especialmente no setor de Medicamentos, devido à recomposição e manutenção de estoques;
- Recebimento de créditos provenientes de outros setores da economia para o varejo, reduzindo o saldo do imposto a recolher.

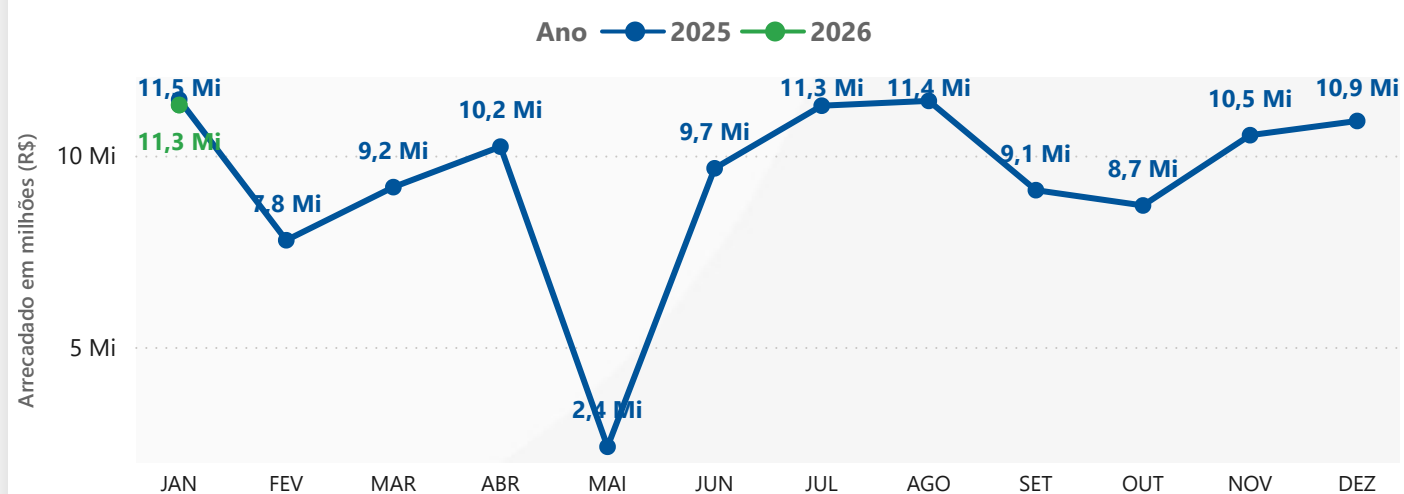
Arrecadação do ICMS

Operações de Importações

Arrecadação ICMS Importação (em R\$) - Comparativo 2025 e 2026



Arrecadação ICMS Importação via Correios/Couriers (em R\$)



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA (GCES)

As exportações realizadas pelo Estado de Goiás registraram retração próxima de **30%** em relação ao mês anterior (12/2025), recuando de **US\$ 1.043.674.651** para **US\$ 721.043.940**. Esse movimento resultou na perda de uma posição no ranking nacional, com o Estado passando a ocupar o **9º** lugar. Embora tenha sido observado aumento expressivo das operações com o bloco formado por Estados Unidos, Canadá e México, tal desempenho apenas mitigou parcialmente os efeitos da redução do comércio com parceiros tradicionalmente relevantes, como China, países da Europa Oriental e do Oriente Médio.

No perfil da pauta exportadora, permaneceram na liderança produtos como soja, carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, milho não moído (exceto milho doce), farelos de soja e outros alimentos para animais, além de itens do grupo férreo, açúcares e melaços e carnes de aves e suas miudezas comestíveis. Esses produtos mantêm a característica de uma pauta fortemente concentrada na indústria de transformação, associada a relevantes segmentos agroindustriais.

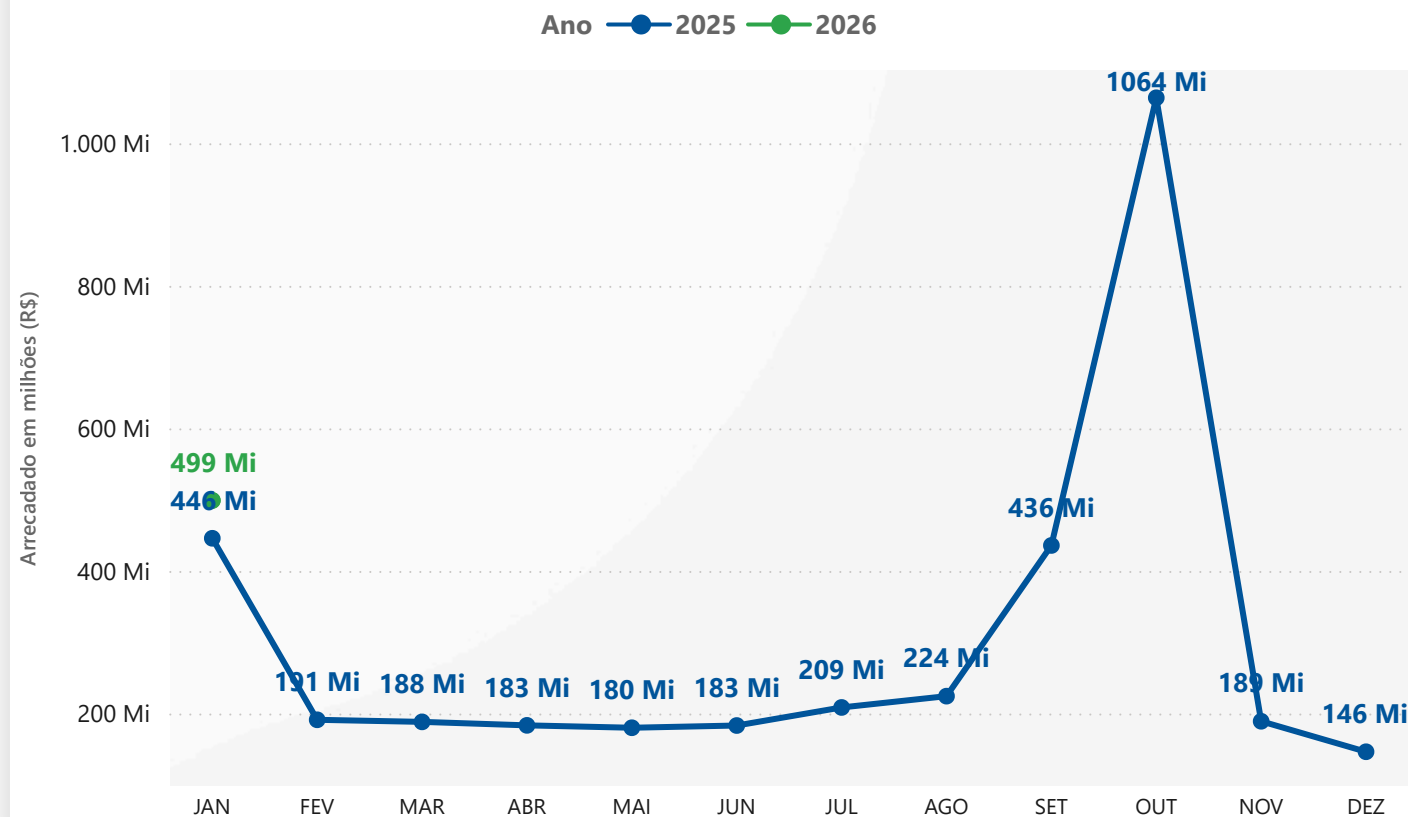
No mesmo período, as importações apresentaram crescimento aproximado de **8%**, passando de **US\$ 386.183.852** para **US\$ 416.397.369**, posicionando Goiás no **11º** lugar do ranking nacional. O aumento do volume importado refletiu-se positivamente na arrecadação, com ingresso superior a **R\$ 40 milhões** nos cofres públicos. Entre os principais segmentos importadores, destaca-se a indústria de medicamentos, inclusive veterinários, responsável por mais de **30%** do total importado. Na sequência, figuram os segmentos de adubos e fertilizantes e de partes e acessórios de veículos automotivos, que, somados, concentram mais de **65%** das operações registradas.

Apesar das variações observadas, o saldo da balança comercial estadual permaneceu positivo, alcançando **US\$ 304,6 milhões**. Adicionalmente, os Correios repassaram mais de **R\$ 4,5 milhões** provenientes do programa Remessa Conforme, reforçando a receita vinculada às operações de comércio exterior realizadas por esse canal.

Arrecadação bruta do IPVA

Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação do IPVA por mês



Arrecadação do IPVA por mês

Mês	Arrecadação IPVA (2025)	Arrecadação IPVA (2026)	Varição Percentual
JAN	445.855.448,09	498.942.282,52	▲ 11,91%
Total	445.855.448,09	498.942.282,52	11,91%

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do IPVA (GIPVA)

Em janeiro de 2026, a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) registrou um desempenho de **12,64%** acima do valor projetado e de **11,91%** superior ao observado no mesmo período do exercício anterior

Do total arrecadado, **64,65%** corresponderam a pagamentos integrais efetuados de forma antecipada, com concessão de desconto de **8%**. Essa modalidade totalizou **R\$ 322 milhões**, representando crescimento de **22,4%** em relação a 2025.

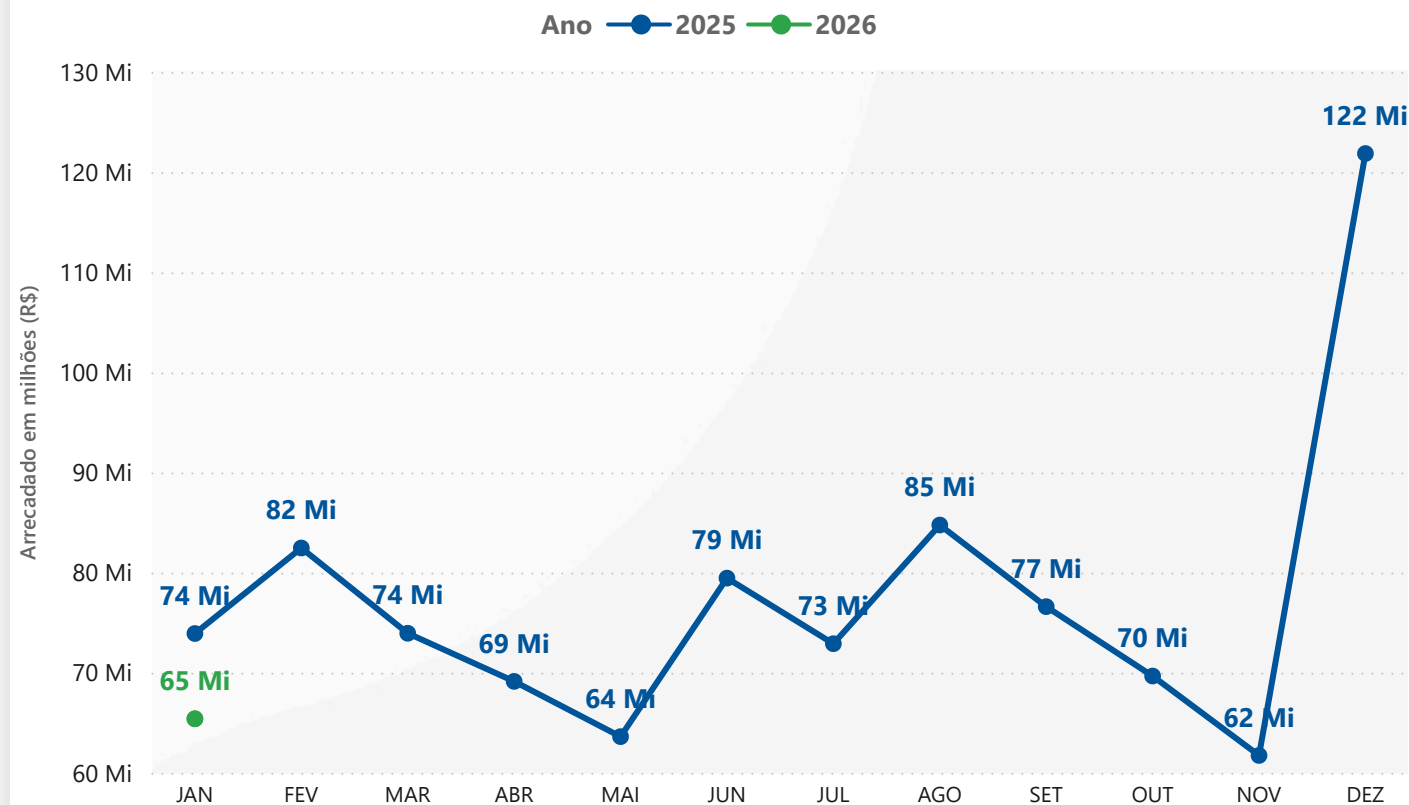
A arrecadação decorrente de ações fiscais com aplicação de penalidades somou **R\$ 88,2 milhões**, resultado inferior ao registrado em 2025 (**R\$ 94,57 milhões**) e em 2024 (**R\$ 110,21 milhões**). Essa redução está associada à implementação do novo programa de recuperação fiscal, Negocie Já II. Embora a adesão ao programa tenha início apenas em fevereiro de 2026, a lei instituidora foi aprovada em dezembro de 2025, gerando postergação desses pagamentos.

No que se refere ao pagamento parcelado, observou-se a manutenção de baixa adesão a essa modalidade. Em janeiro de 2025, **250,87 mil** veículos quitaram a primeira parcela, totalizando **R\$ 53,20 milhões**. No exercício corrente, **257 mil** veículos efetuaram o pagamento da primeira parcela, alcançando **R\$ 56,45 milhões**, o que indica variação moderada em relação ao ano anterior.

Arrecadação bruta do ITCD

Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação do ITCD por mês



Arrecadação do ITCD por mês

Mês	Arrecadação ITCD (2025)	Arrecadação ITCD (2026)	Varição Percentual
JAN	73.914.054,33	65.396.198,89	▼ -11,52%
Total	73.914.054,33	65.396.198,89	-11,52%

Subsecretaria da Receita Estadual Gerência do ITCD (GITCD)

O ITCD não apresenta trajetória de arrecadação linear, sendo comum oscilações relevantes em comparação ao exercício anterior. A arrecadação observada no mês de janeiro reflete, em linhas gerais, as declarações concluídas em dezembro, considerando que o DARE possui vencimento em **30 dias**, além das declarações recepcionadas no próprio mês e quitadas antes do prazo final.

Sob o aspecto quantitativo, foram concluídas **3.491** declarações em dezembro e **2.673** em janeiro, evidenciando redução no volume de processos finalizados, fator que impactou negativamente a arrecadação do período.

Adicionalmente, verificou-se comportamento atípico por parte de contribuintes que optaram por antecipar, ainda em dezembro, o pagamento de declarações cujo vencimento do DARE ocorreria apenas em janeiro. Esse movimento resultou em arrecadação recorde de **R\$ 121 milhões**, configurando o maior valor mensal registrado em 2025.

Outro fator que influencia o desempenho arrecadatário refere-se à inserção de valores de avaliação equivocados nas declarações. Todavia, os valores informados abaixo do valor venal são submetidos à análise do Fisco, que oportuniza aos contribuintes a regularização das divergências por meio de procedimento de Autorregularização.

Encontra-se em fase final de testes o novo Módulo do **ITCD WEB 4.0** — Módulo de Autorregularização, com previsão de entrada em produção ainda no mês de fevereiro. A arrecadação de 2026 deverá refletir os benefícios da ferramenta, que permitirá o processamento automatizado das malhas fiscais, a identificação de inconsistências e o envio de comunicados aos contribuintes, viabilizando a regularização espontânea de pendências. Estima-se o envio de mais de **3.000** comunicados ao longo de 2026.

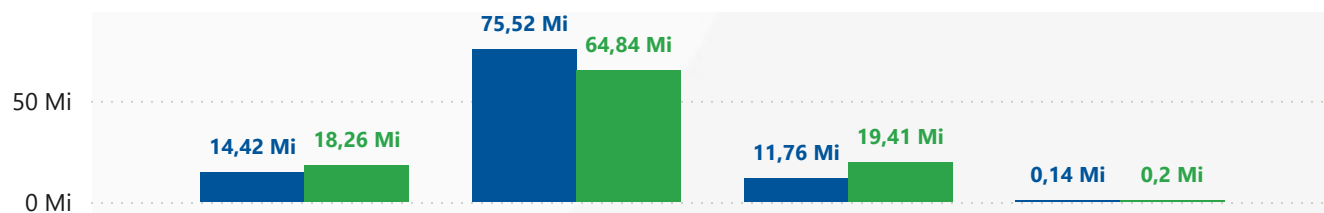
Recuperação de créditos

Comparativo entre exercícios

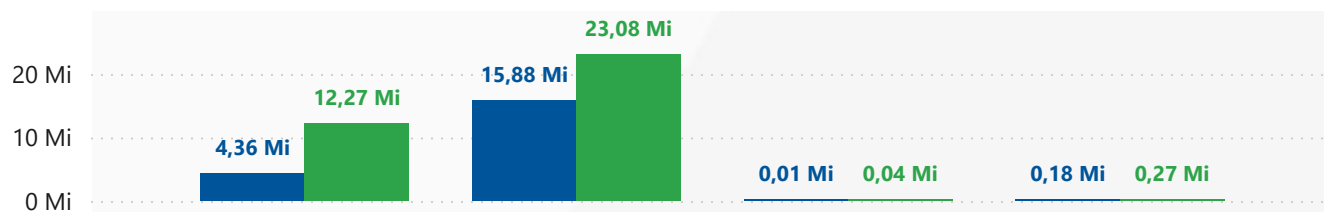
Recuperação de Créditos por Receita e Fase do Crédito (em R\$) - Exceto Anistia - Comparativo: Jan/2025 x Jan/2026

Ano ● 2025 ● 2026

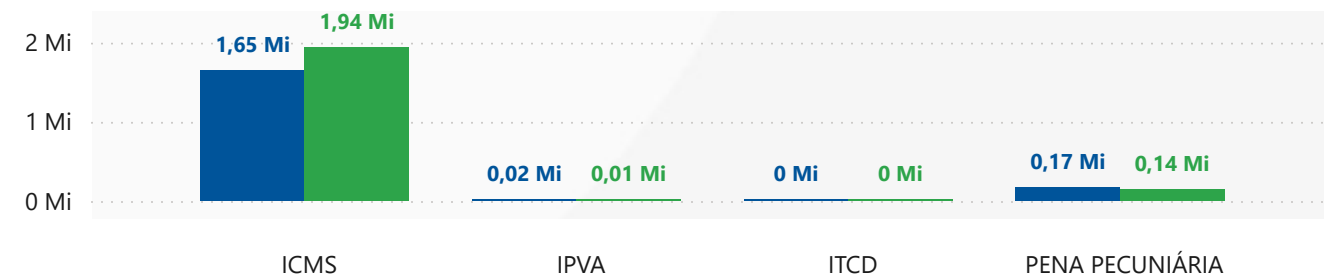
Não inscrito, sem contenciosidade ou com crédito definitivamente constituído



Inscrito (Não Ajuizado)



Inscrito (Ajuizado)



Subsecretaria da Receita Estadual Superintendência de Recuperação de Crédito (SRC)

O volume de recuperação de créditos tributários no Estado de Goiás no mês de janeiro de 2026 registrou o montante de **R\$ 140,48 milhões**, o que representa um acréscimo de **13,20%** em comparação com os **R\$ 124,10 milhões** obtidos no mesmo período do ano anterior.

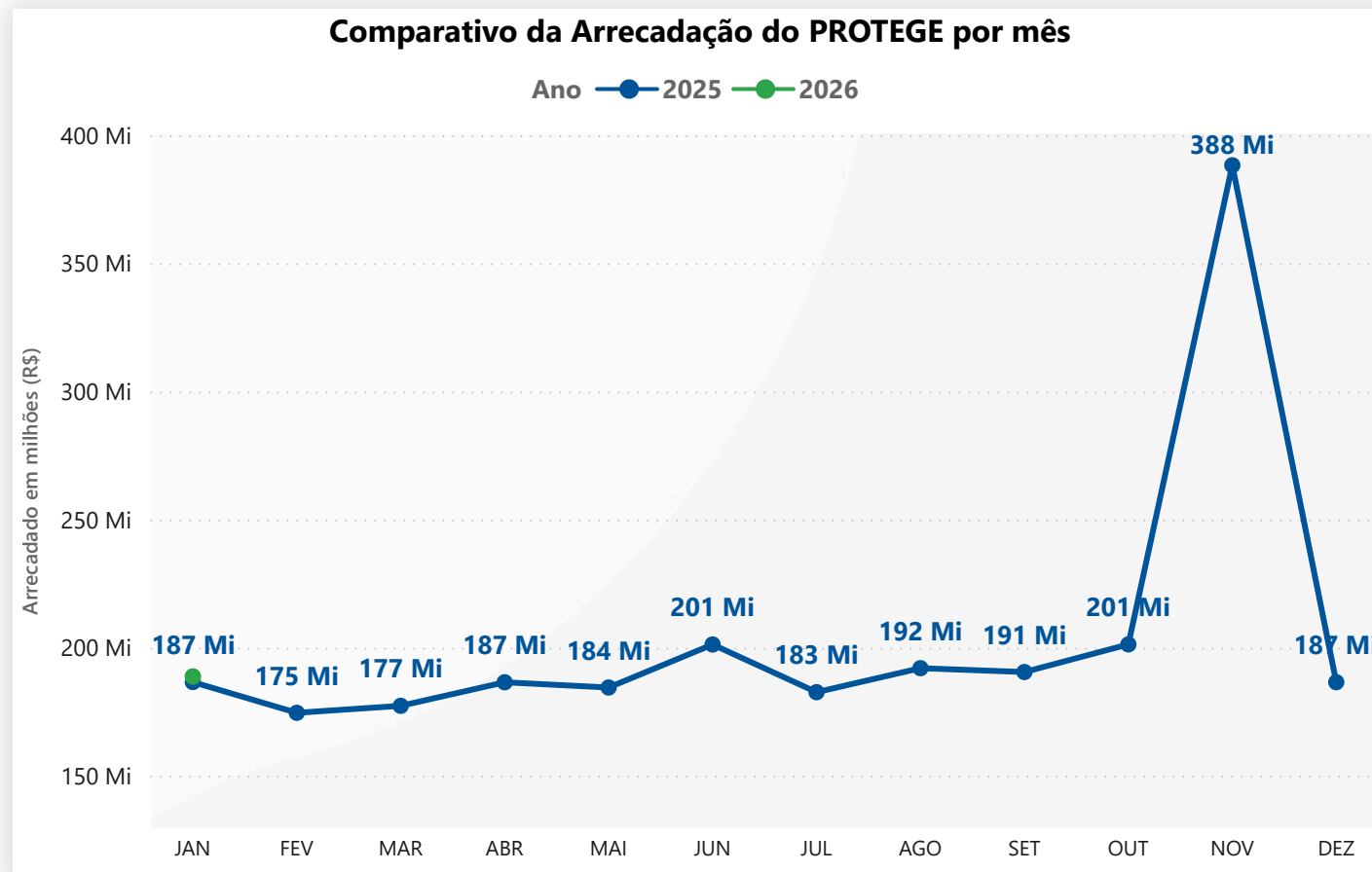
Na análise por fases de cobrança, a **Fase 1 (Administrativa)** totalizou **R\$ 102,71 milhões**, mantendo estabilidade em relação aos **R\$ 101,82 milhões** registrados em janeiro de 2025. A **Fase 2 (Cobrança Cartorária e Protesto)** apresentou a maior expansão no período, alcançando **R\$ 35,66 milhões**, em comparação aos **R\$ 20,43 milhões** do exercício anterior. A **Fase 3 (Judicial)** também registrou crescimento, passando de **R\$ 1,84 milhão** para **R\$ 2,10 milhões**.

No detalhamento por tipo de tributo, a recuperação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) apresentou crescimento de **58,92%**, evoluindo de **R\$ 20,42 milhões** no primeiro mês do ano anterior para **R\$ 32,46 milhões** em janeiro de 2026. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) registrou retração de **3,80%**, reduzindo-se de **R\$ 91,41 milhões** para **R\$ 87,94 milhões**. Tal decréscimo decorreu da diminuição no volume arrecadado na **Fase 1**, a qual não foi integralmente compensada pelo incremento verificado na **Fase 2**.

O Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) apresentou a maior variação relativa de crescimento, correspondente a **65,32%**, passando de **R\$ 11,76 milhões** para **R\$ 19,45 milhões**, com predominância de ingresso na esfera administrativa. Por sua vez, as Penas Pecuniárias demonstraram aumento de **28,47%**, perfazendo o total de **R\$ 622,41 mil**, em comparação aos **R\$ 484,50 mil** contabilizados no mesmo período de 2025.

Arrecadação do PROTEGE

Comparativo entre exercícios



Arrecadação do PROTEGE por mês do ano

Mês	Arrecadação PROTEGE (2025)	Arrecadação PROTEGE (2026)	Varição Percentual
JAN	186.588.077,81	188.759.007,18	▲ 1,16%
Total	186.588.077,81	188.759.007,18	1,16%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

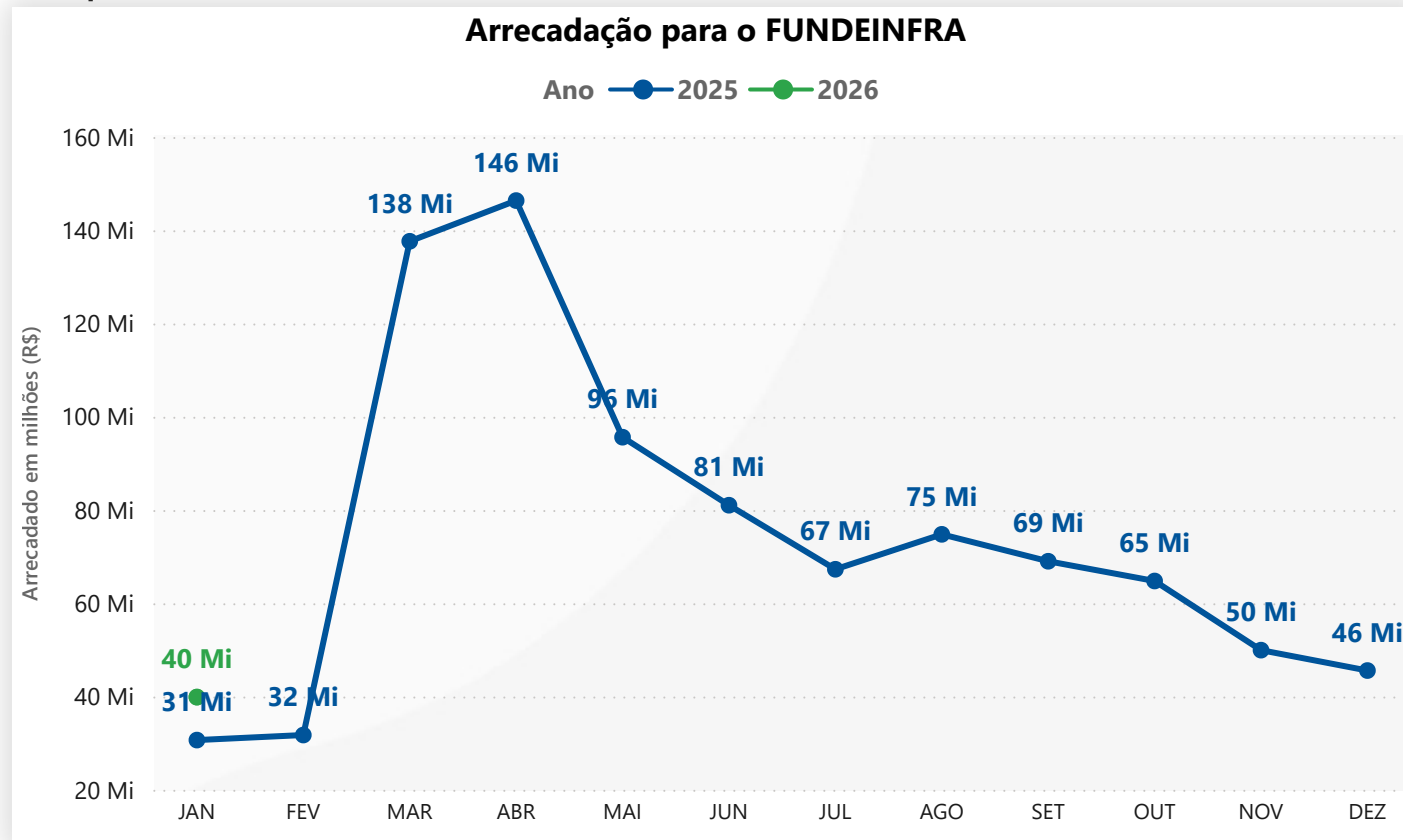
A arrecadação do PROTEGE em janeiro de 2026 atingiu **R\$ 188,7 milhões**, resultado **1,16%** superior ao registrado no mesmo mês do exercício anterior (**R\$ 186,5 milhões**).

A arrecadação mensal do Protege, historicamente, não apresenta grandes variações, com desvios em torno da média geralmente abaixo de **10%**, exceto em situações atípicas eventuais.

Para o mês de janeiro de 2026, visto que não houve evento atípico relevante, tais como alterações legislativas ou conclusão de demandas judiciais, a arrecadação se manteve próxima aos valores médios esperados.

Arrecadação do FUNDEINFRA

Comparativo entre exercícios



Arrecadação do FUNDEINFRA por Mês

Mês	Arrecadação Fundeinfra (2025)	Arrecadação Fundeinfra (2026)	Varição Percentual
JAN	30.664.736,38	39.883.088,66	▲ 30,06%
Total	30.664.736,38	39.883.088,66	30,06%

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

Em janeiro de 2026, a arrecadação do FUNDEINFRA totalizou **R\$ 39,88 milhões**, o que representa um aumento de **30,06%** em relação ao mesmo mês de 2025, quando foram arrecadados **R\$ 30,66 milhões**. Em relação ao mês anterior, a arrecadação diminuiu **13%**. Esse resultado acompanha a sazonalidade do setor.

Vale lembrar que a arrecadação em 2025 foi impactada, em grande parte, pelos efeitos dos acordos de compensação firmados com contribuintes, conforme previsto no **art. 6-A da Lei nº 21.670/2022**. Esses acordos, iniciados ao final de 2024, permitem a compensação de valores devidos ao fundo com investimentos em estudos, projetos ou obras, o que afeta diretamente a arrecadação efetiva.

Para o exercício de 2026, visto que foi anunciado em 18/02/2026, pelo governador, que seria encaminhado projeto de lei encerrando a contribuição ao FUNDEINFRA, não é esperado qualquer arrecadação para o fundo nos próximos meses.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1	Despesa Empenhada (Incluindo Poderes)	26
3.2	Despesa Empenhada (Apenas Executivo)	28
3.3	Despesa Liquidada	30
3.4	Mínimos Constitucionais	31

Nesta seção apresenta-se a execução orçamentária do Estado, destacando as principais informações referentes à dotação, empenho, liquidação e pagamento da despesa pública. Além disso, detalha-se a execução orçamentária das despesas vinculadas em saúde e educação. Por fim, são apresentados o resultado orçamentário e o resultado primário.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - **Incluindo Poderes**

52,79 Bi

Realizado até janeiro
Dotação Autorizada

10,96 Bi

Realizado até janeiro
Valor Empenhado

3,38 Bi

Realizado até janeiro
Valor liquidado

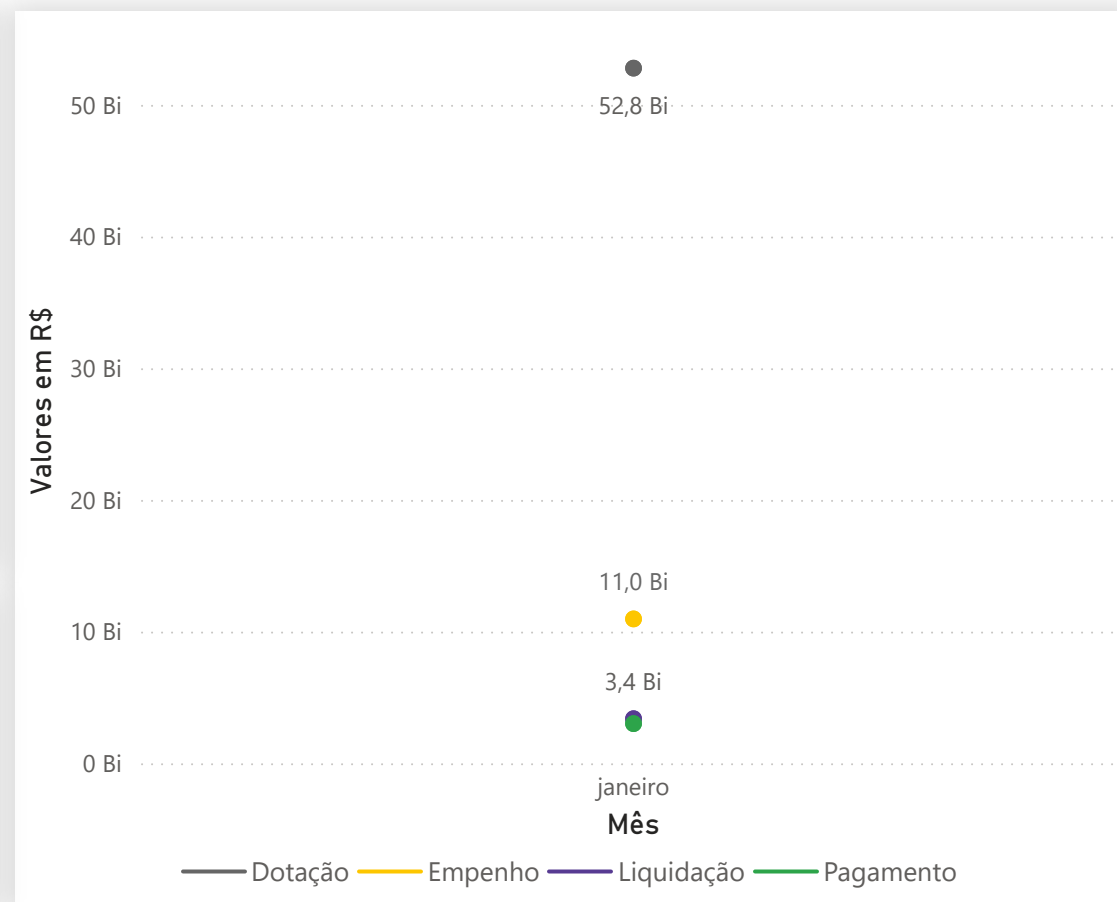
3,01 Bi

Realizado até janeiro
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	28.380 Mi	4.448 Mi	2.325 Mi	2.262 Mi	15,67%	52,27%	97,28%
2	405 Mi	58 Mi	23 Mi	23 Mi	14,23%	40,60%	99,96%
3	16.227 Mi	5.988 Mi	951 Mi	651 Mi	36,90%	15,88%	68,46%
4	5.219 Mi	295 Mi	17 Mi	8 Mi	5,66%	5,84%	45,86%
5	98 Mi	2 Mi	2 Mi	2 Mi	1,74%	100,00%	100,00%
6	971 Mi	170 Mi	64 Mi	64 Mi	17,50%	37,92%	100,00%
9	1.487 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	52.787 Mi	10.961 Mi	3.383 Mi	3.010 Mi	20,76%	30,86%	88,98%

Esse painel apresenta a execução orçamentária do Estado incluindo outros Poderes. Em janeiro de 2026, foram empenhados **R\$ 10,96 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 3,38 bilhões**, correspondendo a **30,86%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até o momento totalizam **R\$ 3,01 bilhões**, o que representa **88,98%** do valor liquidado.



Execução Orçamentária

Comparativo anual - Apenas Executivo

45,17 Bi

Realizado até janeiro
Dotação Autorizada

8,37 Bi

Realizado até janeiro
Valor Empenhado

2,82 Bi

Realizado até janeiro
Valor liquidado

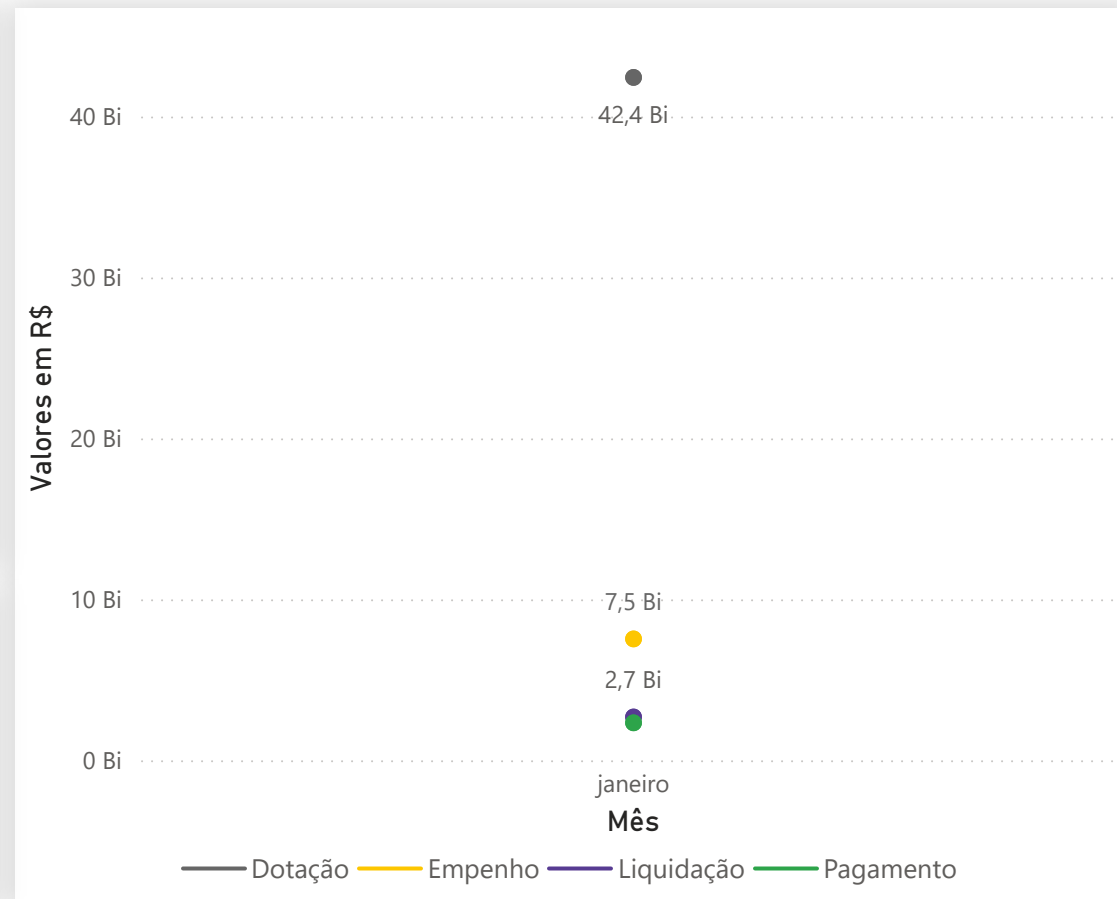
2,47 Bi

Realizado até janeiro
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	23.827 Mi	2.383 Mi	1.887 Mi	1.835 Mi	10,00%	79,17%	97,26%
2	405 Mi	58 Mi	23 Mi	23 Mi	14,23%	40,60%	99,96%
3	13.923 Mi	5.480 Mi	827 Mi	535 Mi	39,36%	15,10%	64,67%
4	4.528 Mi	276 Mi	17 Mi	8 Mi	6,10%	6,19%	45,41%
5	32 Mi	2 Mi	2 Mi	2 Mi	5,38%	100,00%	100,00%
6	971 Mi	170 Mi	64 Mi	64 Mi	17,50%	37,92%	100,00%
9	1.487 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	45.173 Mi	8.369 Mi	2.821 Mi	2.467 Mi	18,53%	33,70%	87,47%

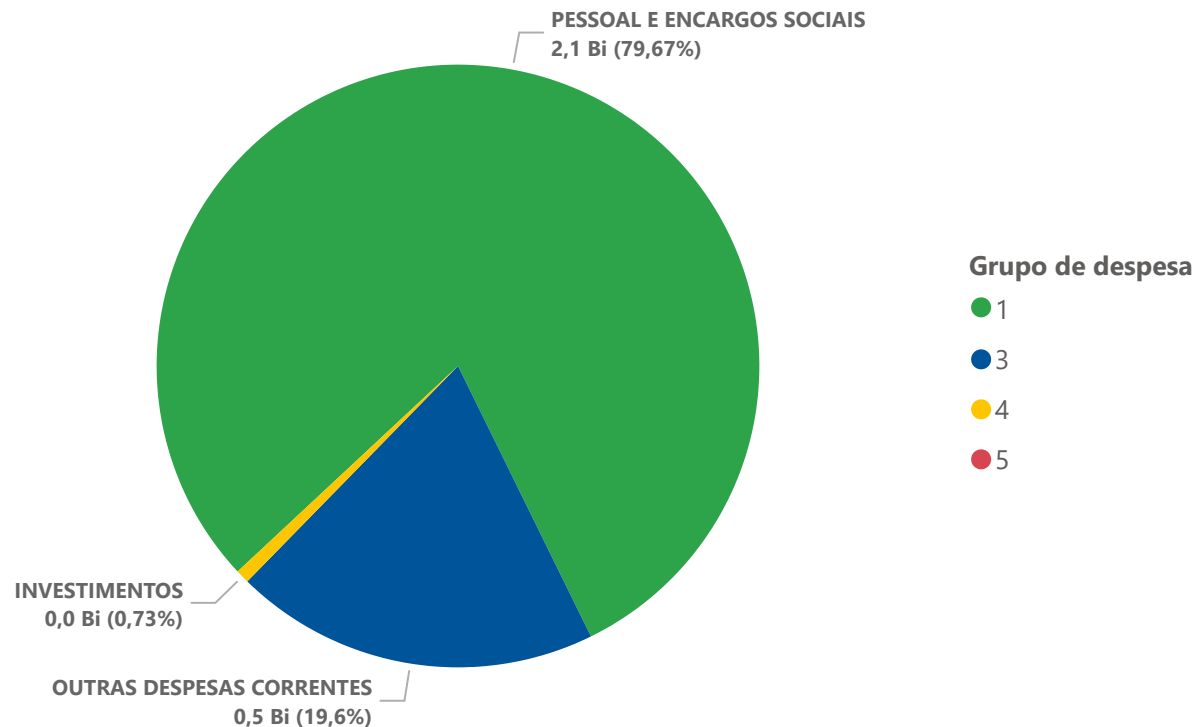
No que se refere ao Poder Executivo, verifica-se que em **janeiro** de 2026, foram empenhados **R\$ 8,37 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R\$ 2,82 bilhões**, correspondendo a **33,70%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até o momento totalizam **R\$ 2,47 bilhões**, o que representa **87,47%** do valor liquidado.

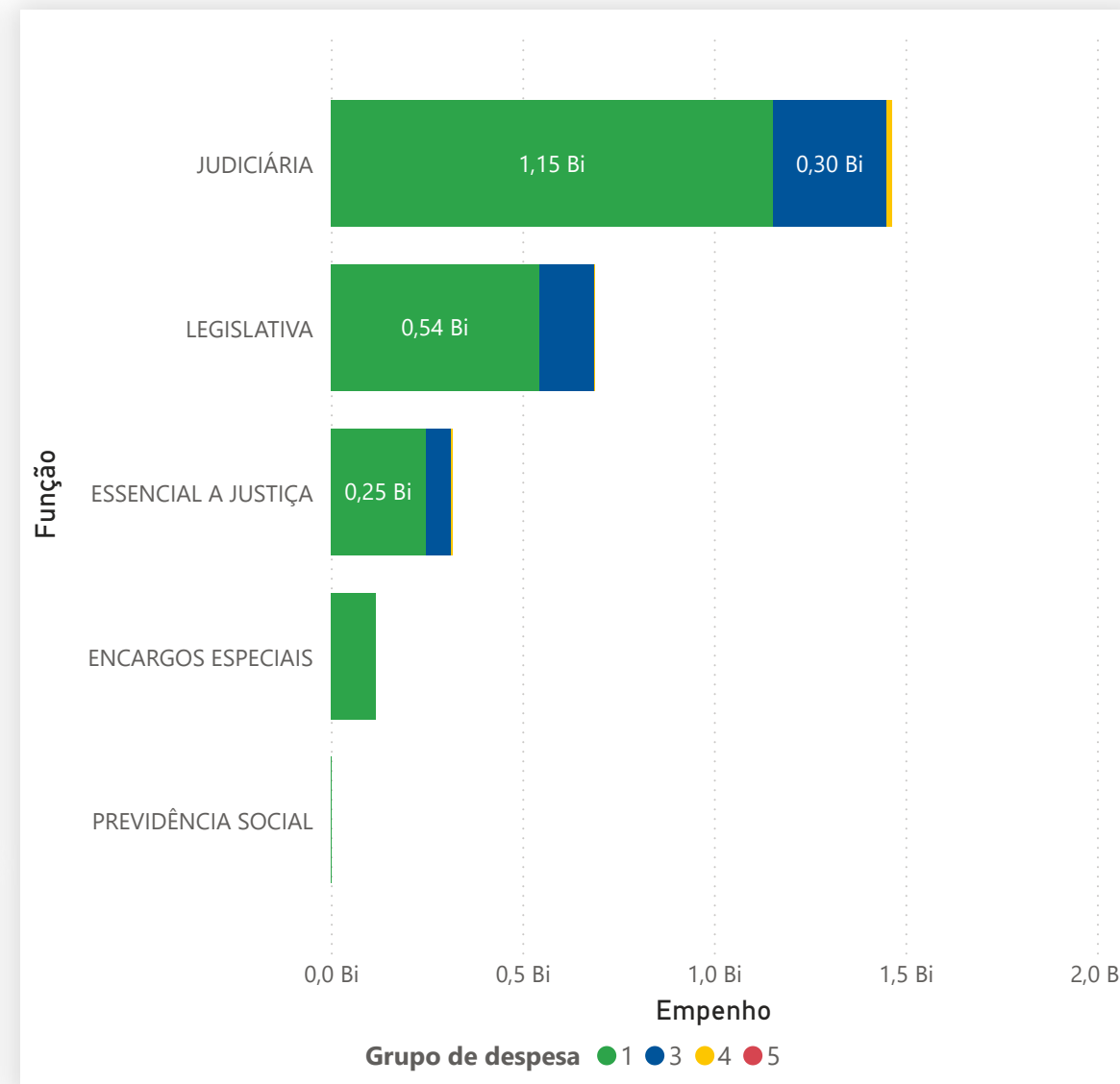


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - **Outros Poderes**

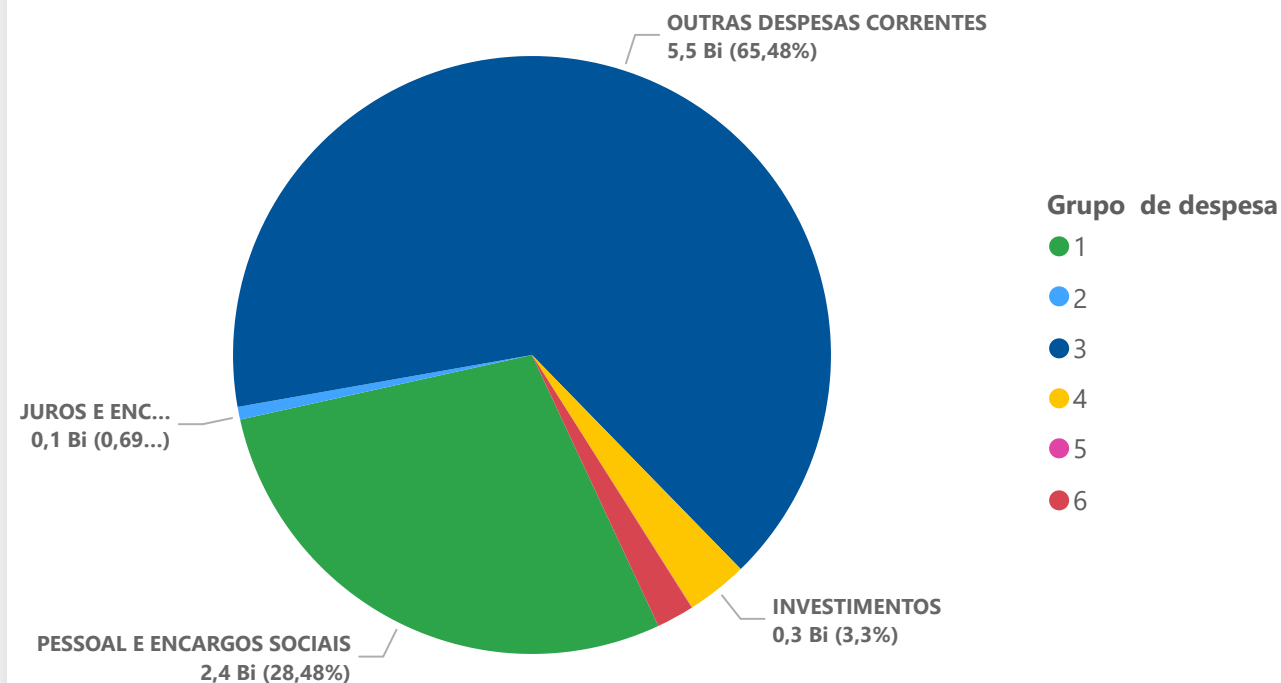


No gráfico acima tem-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções relacionadas aos Outros Poderes. O principal grupo de despesa é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando **79,67%**. Em seguida, tem-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **19,60%**. Por fim, os Investimentos representam **0,73%**.

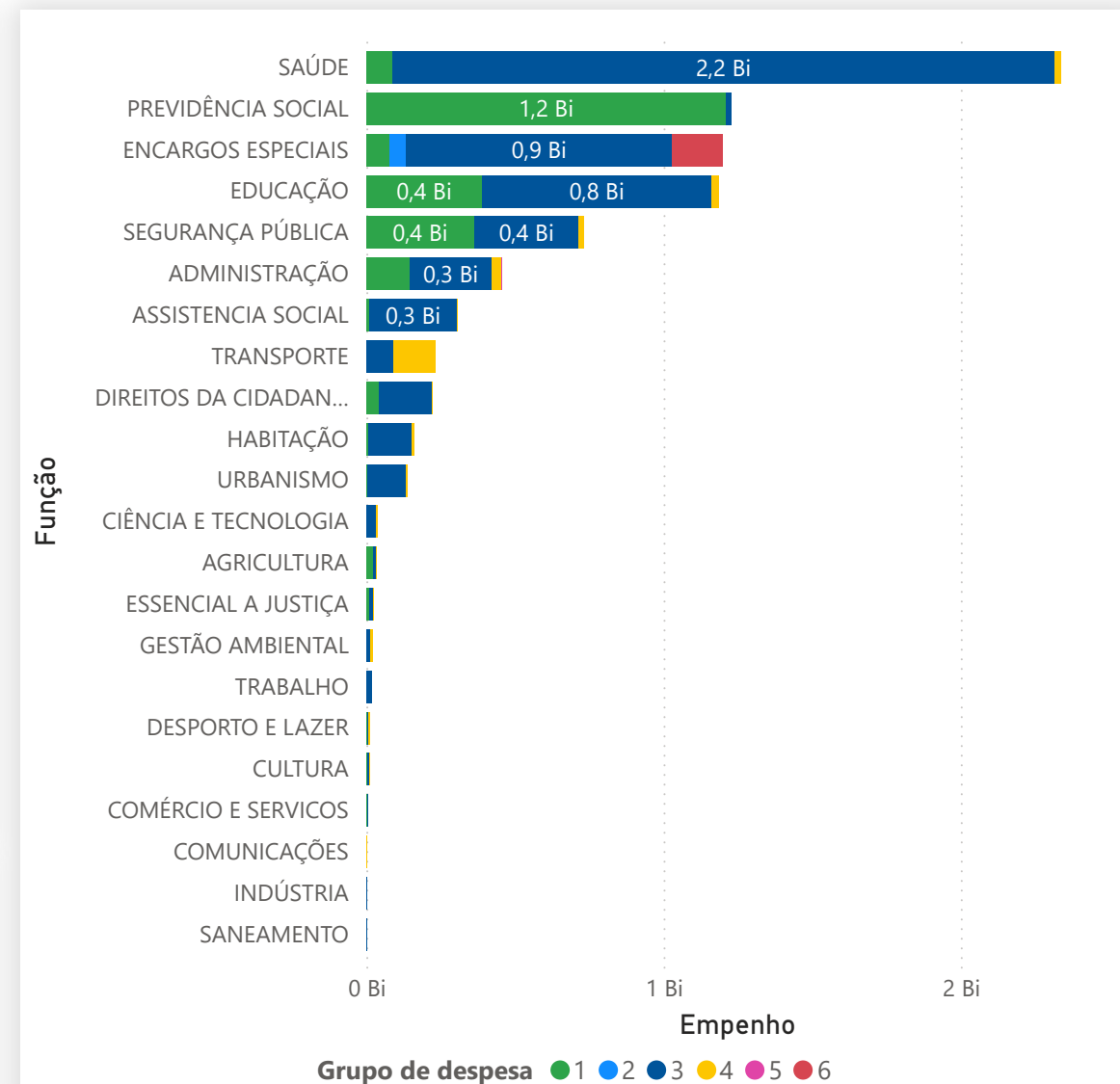


Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Apenas Executivo



No Gráfico apresenta-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções, considerando apenas o Poder Executivo. O principal grupo de despesa é Outras Despesas Correntes, correspondendo a **65,48%** do total. Em seguida, destacam-se as despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que representa **28,48%**. Os Investimentos, por sua vez, representam **3,30%**. Destaca-se o empenho para as áreas de Saúde, educação e segurança pública.



Despesa liquidada

Comparativo anual - Apenas Executivo

2,82 Bi

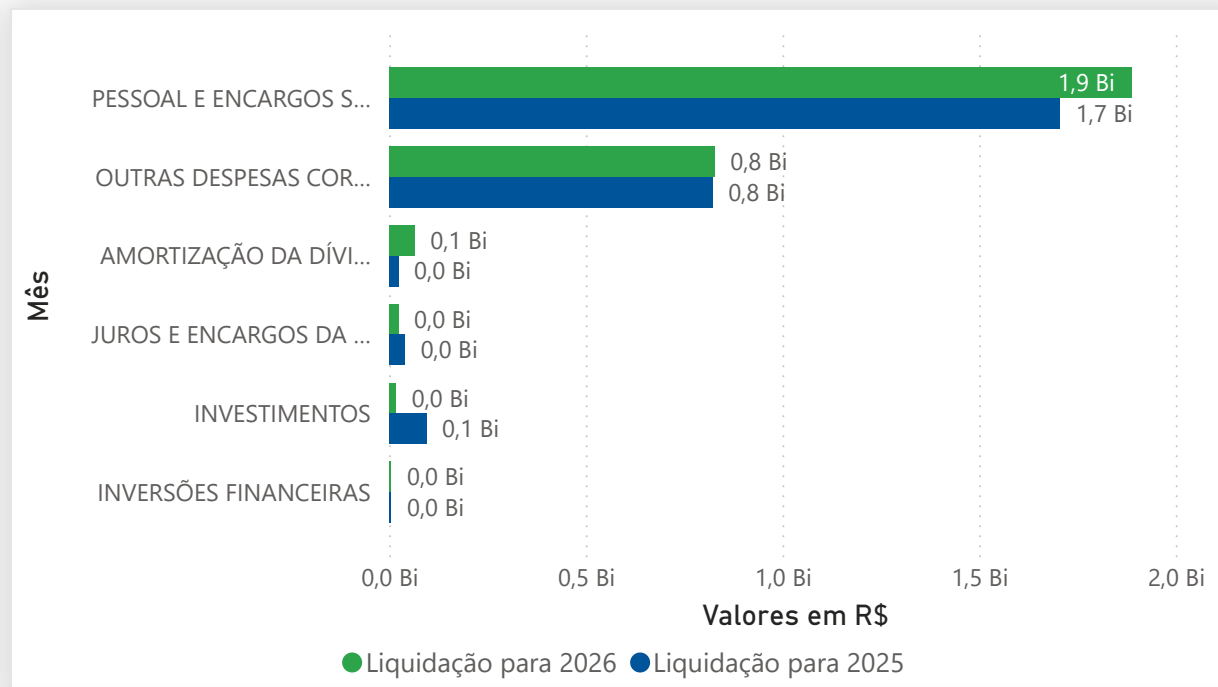
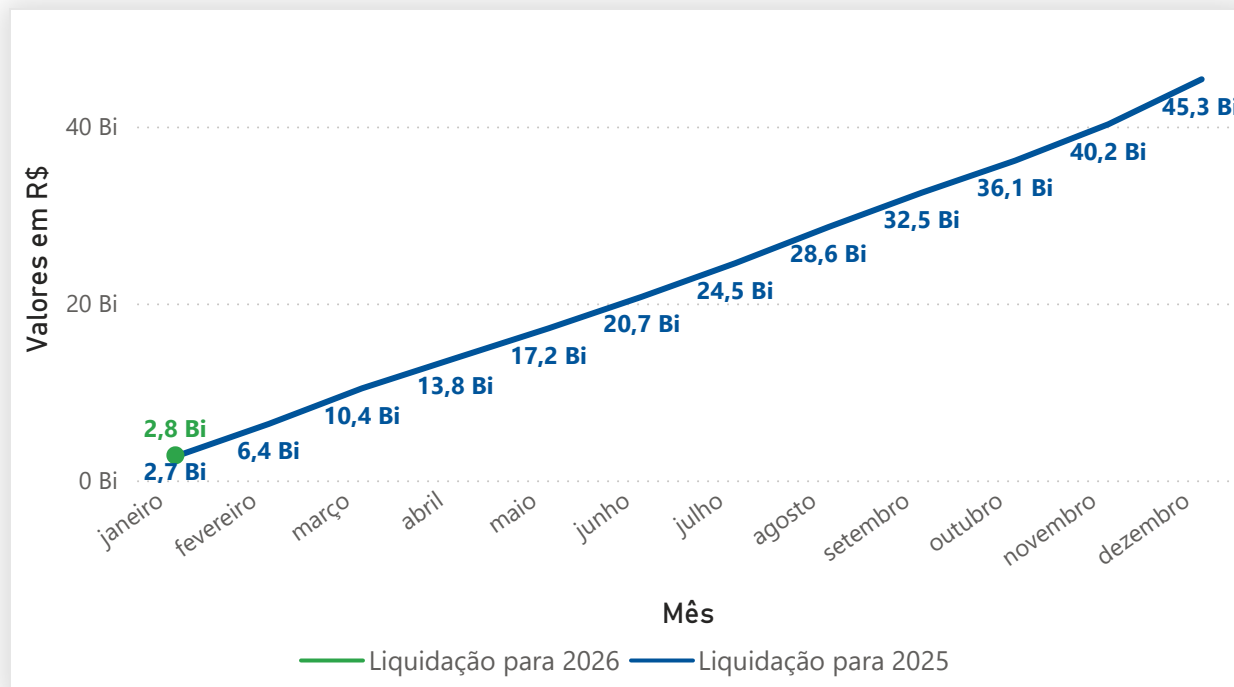
Realizado até janeiro
Despesa Liquidada em 2026

2,69 Bi

Realizado até janeiro
Despesa Liquidada em 2025

4,92%

Varição (%)
Despesa Total Liquidada

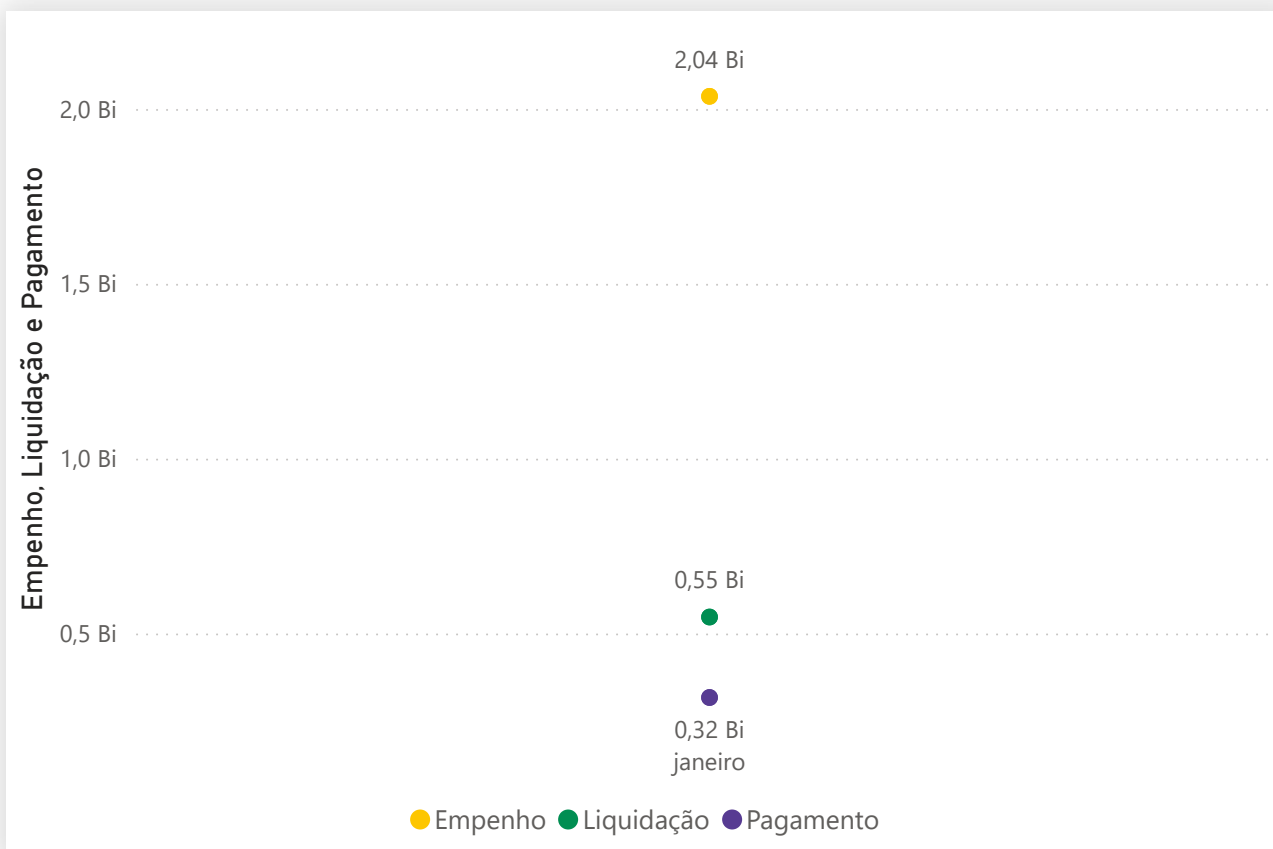


Acima apresenta-se a Despesa Liquidada do Poder Executivo. O total de despesa liquidada em janeiro em 2026 foi de **R\$ 2,82 bilhões**, o que representa um aumento de **4,92%** em relação ao mesmo período de 2025, quando a despesa totalizou **R\$ 2,69 bilhões**. Já o Gráfico à direita detalha as despesas por grupo, destacando que o maior componente é o de Pessoal e Encargos Sociais, que totalizou **R\$ 1,89 bilhão (+10,63%)**, seguido pelas Outras Despesas Correntes, com **R\$ 827,28 milhões (+0,64%)** e os Investimentos que somaram **R\$ 17,10 milhões (-92,72%)**.

Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Saúde

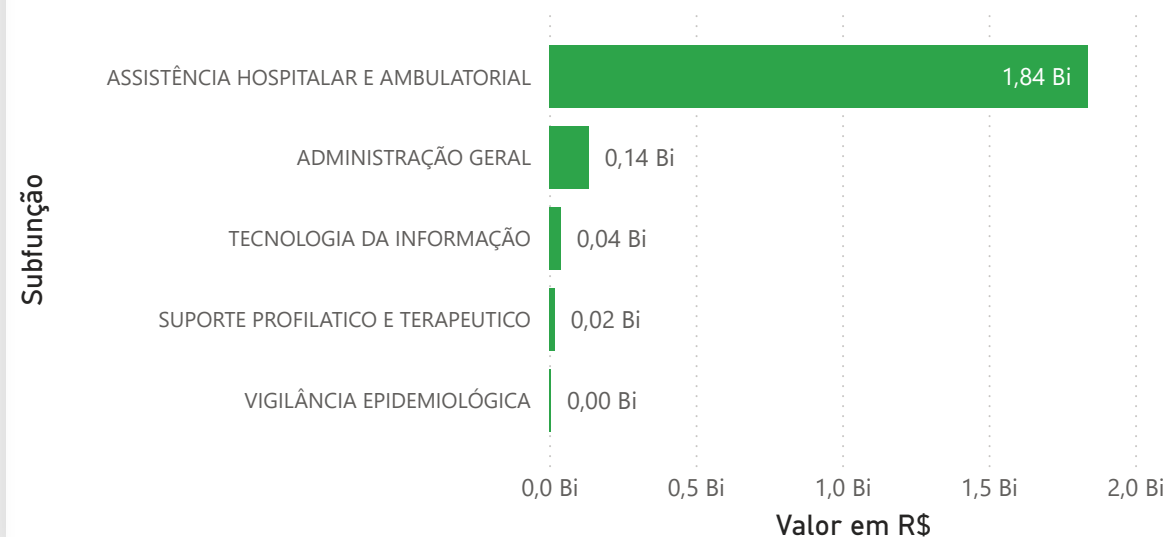
Esse painel apresenta a execução orçamentária das despesas relacionadas ao cumprimento do mínimo constitucional com saúde. Sob a ótica da execução, em janeiro de 2026, foram empenhados **R\$ 2,04 bilhões**, dos quais foram liquidados **R\$ 546,92 milhões** e pagos **R\$ 315,57 milhões**. Nos Gráficos ao lado, demonstram-se a despesa empenhada por grupo de despesas e por subfunção.



Despesa vinculada empenhada- por Grupo de despesa



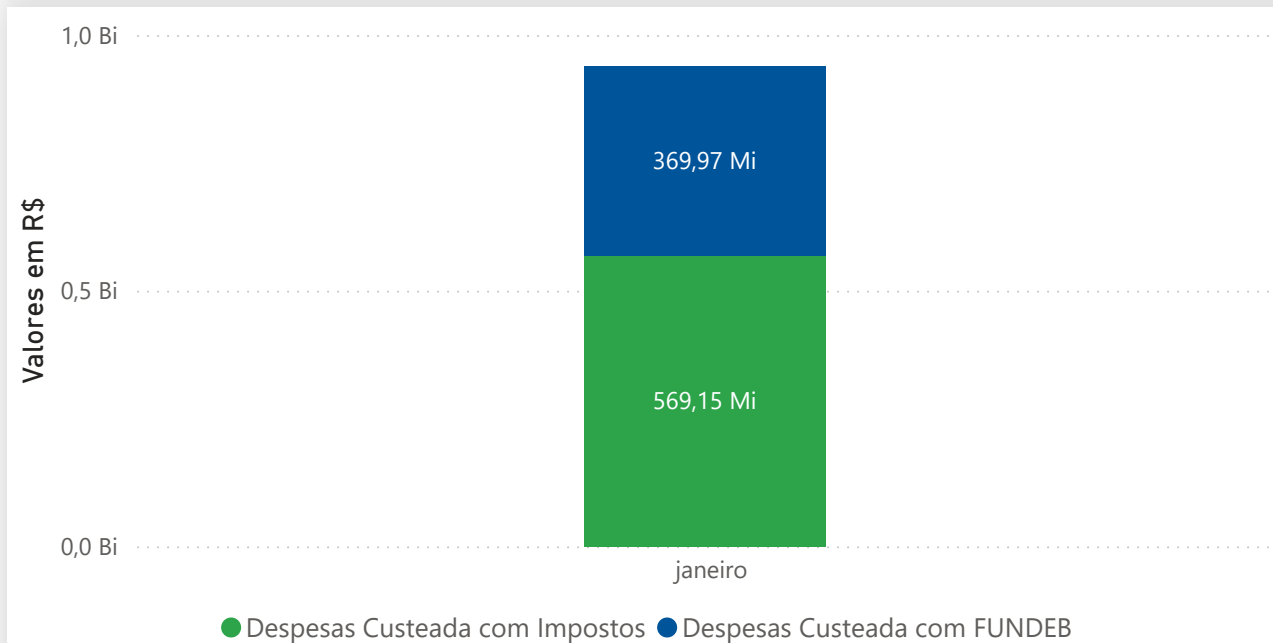
Despesa vinculada empenhada- por subfunção



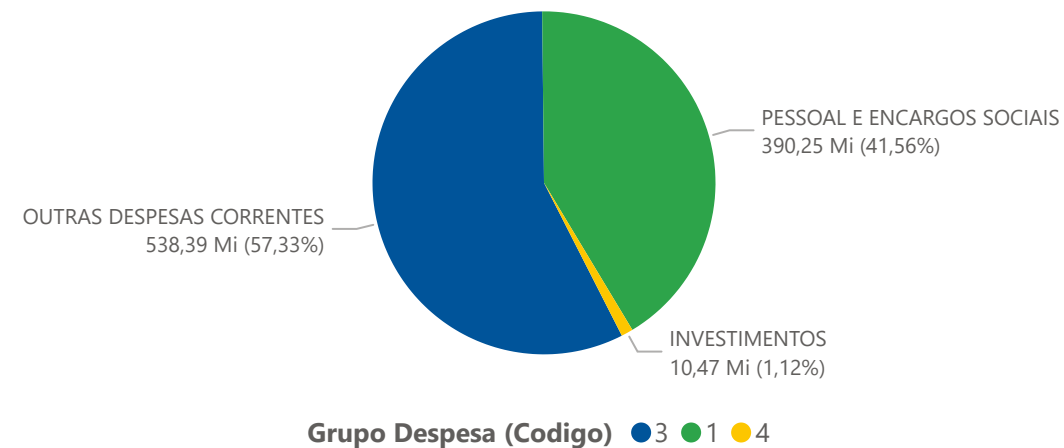
Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Educação

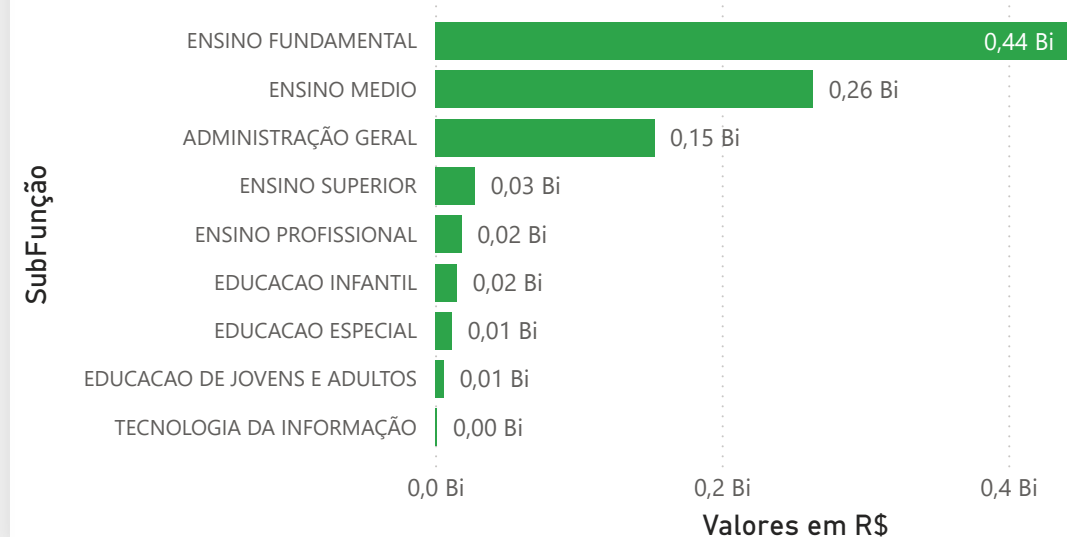
Quanto à vinculação constitucional em educação, o Estado deve destinar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Deste montante, 20% da RLIT são retidos automaticamente para o FUNDEB, cabendo ao Estado o aporte complementar para atingir o limite exigido. Em janeiro de 2026, as despesas empenhadas com **Recursos de Impostos (exceto FUNDEB)** somaram **R\$ 569,15 milhões**, enquanto as **Despesas custeadas com recursos do FUNDEB**, somaram **R\$ 369,97 milhões**. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou **R\$ 939,11 milhões**.



Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



Despesas com ações típicas de MDE custeadas com receitas de impostos e FUNDEB - Empenho



4. PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1	Resultado Orçamentário	34
4.2	Resultado Primário	35
4.3	Receita Corrente Líquida (RCL)	36
4.4	Despesa com Pessoal sobre RCL	37
4.5	Disponibilidade de Caixa	38

Nesta seção apresentam-se os principais resultados do Estado de Goiás em janeiro de 2026, como o Resultado Orçamentário, Resultado Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), os Limites de Despesa com Pessoal e a Disponibilidade de Caixa.



Resultado Orçamentário

Receitas e Despesas

4,47 Bi

Acumulado até janeiro
TOTAL DAS RECEITAS

3,38 Bi

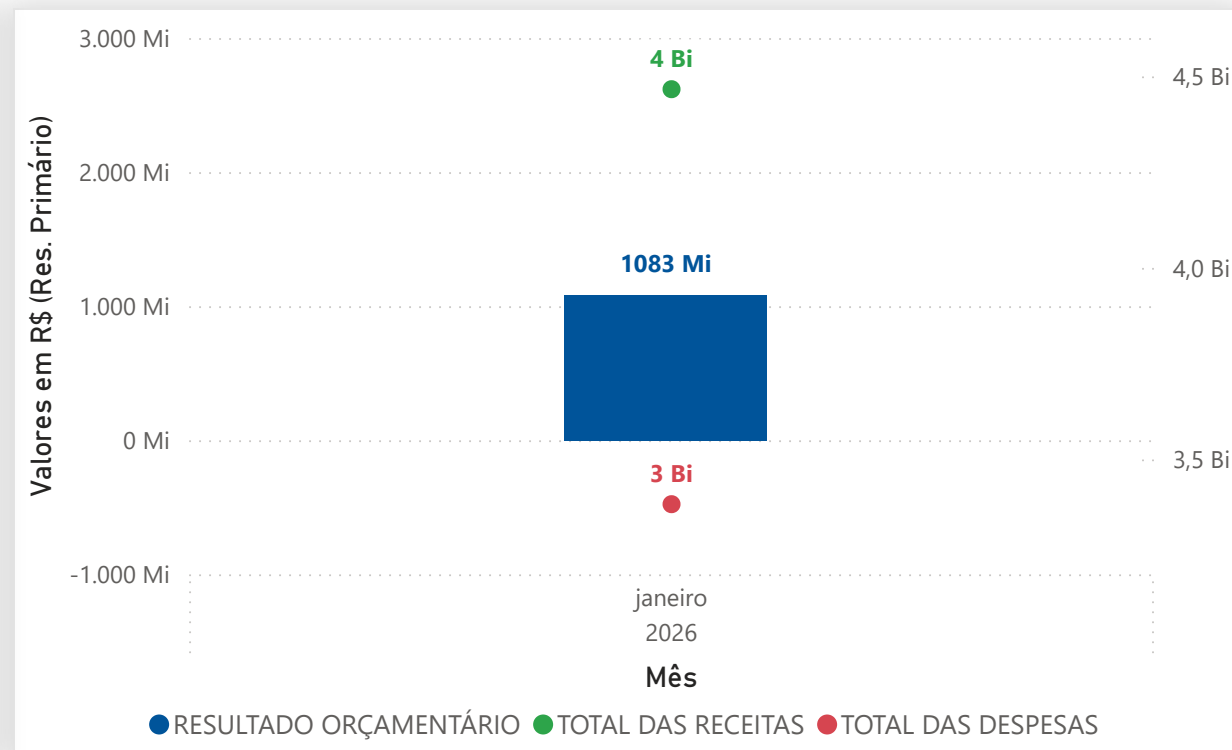
Acumulado até janeiro
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS

1,08 Bi

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO ACUMULADO

RECEITAS (Realizadas)	2026 (Acumulado)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.315,06 Mi
RECEITAS CORRENTES	4.286,47 Mi
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.467,84 Mi
CONTRIBUIÇÕES	167,11 Mi
RECEITA PATRIMONIAL	180,68 Mi
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi
RECEITA INDUSTRIAL	0,00 Mi
RECEITA DE SERVIÇOS	16,33 Mi
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.107,80 Mi
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	346,70 Mi
RECEITAS DE CAPITAL	28,60 Mi
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	151,26 Mi
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	4.466,33 Mi
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00 Mi
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	4.466,33 Mi

DESPESAS (Liquidado)	2026 (Acumulado)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.232,45 Mi
DESPESAS CORRENTES	3.149,02 Mi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.190,36 Mi
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	23,40 Mi
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	935,26 Mi
DESPESAS DE CAPITAL	83,43 Mi
INVESTIMENTOS	17,25 Mi
INVERSÕES FINANCEIRAS	1,71 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64,47 Mi
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	150,49 Mi
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.382,94 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00 Mi
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	3.382,94 Mi



O resultado orçamentário representa o saldo entre receitas e despesas de todo o governo, incluindo componentes financeiros, como os juros e a amortização da dívida pública. Em janeiro de 2026, o total das receitas foi de **R\$ 4,47 bilhões**, enquanto as despesas totais no mesmo período somaram **R\$ 3,38 bilhões**. Assim, o Estado de Goiás registrou um superávit de **R\$ 1,08 bilhão** no período.

Resultado Primário

Receitas e Despesas

4,01 Bi

Acumulado até janeiro

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

2,68 Bi

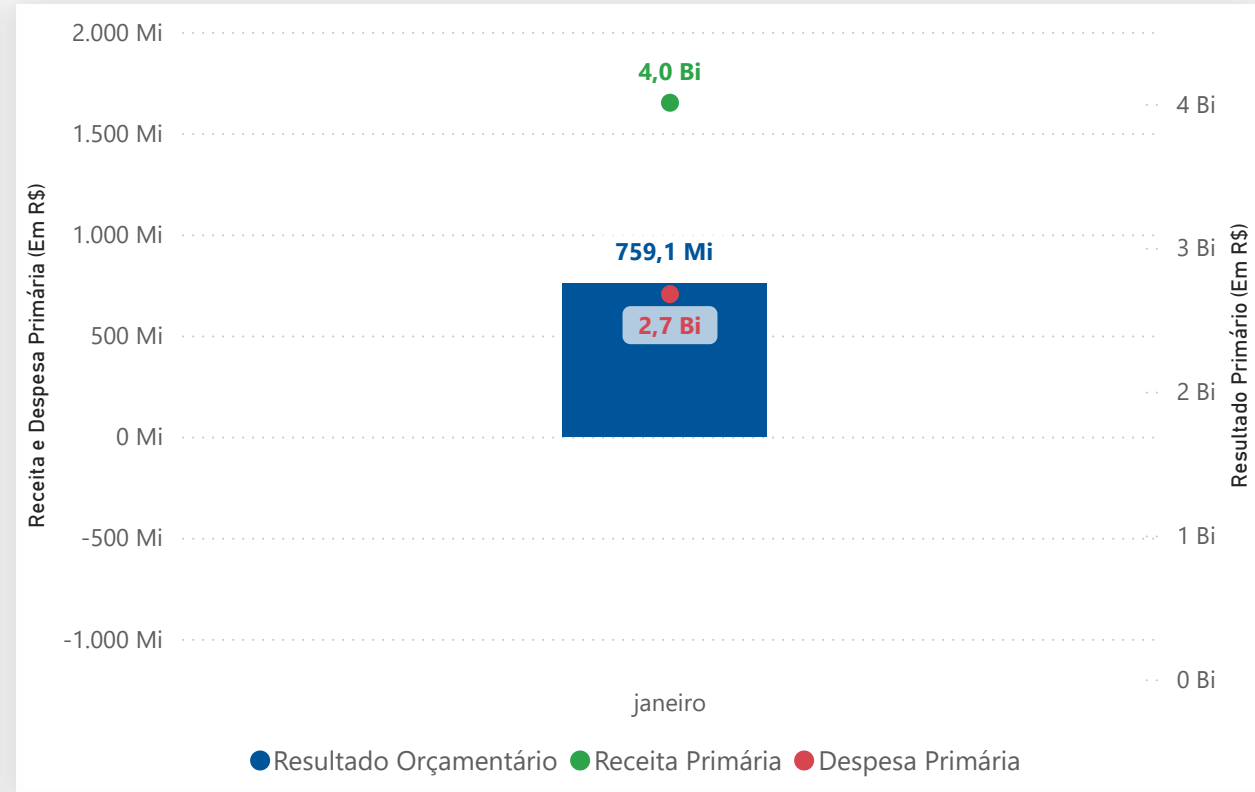
Acumulado até janeiro

DESPEZA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

759,06 Mi

RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO

Descrição	Despesa Paga	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Pago
DESPEAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	2.691,54 Mi	126,56 Mi	270,57 Mi
Pessoal e Encargos Sociais	2.017,18 Mi	57,43 Mi	4,97 Mi
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	23,39 Mi	0,01 Mi	0,00 Mi
Outras Despesas Correntes	650,97 Mi	69,11 Mi	265,60 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	2.668,15 Mi	126,55 Mi	270,57 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	244,63 Mi	0,21 Mi	1,05 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	74,09 Mi	23,96 Mi	150,28 Mi
Investimentos	7,91 Mi	23,96 Mi	143,28 Mi
Inversões Financeiras	1,71 Mi	0,00 Mi	7,00 Mi
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Demais Inversões Financeiras	1,71 Mi	0,00 Mi	7,00 Mi
Amortização da Dívida (XXVII)	64,47 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	9,62 Mi	23,96 Mi	150,28 Mi
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,09 Mi
DESPEAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPEZA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	2.922,40 Mi	150,72 Mi	421,99 Mi
DESPEZA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	2.677,77 Mi	150,51 Mi	420,85 Mi



O gráfico apresentado mostra a evolução mensal da Receita Primária, da Despesa Primária e do Resultado Primário ao longo de 2026.

Receita Corrente Líquida (RCL)

Acumulada 12 meses e mensal

4,10 Bi

Realizado em janeiro
(Valor mensal)

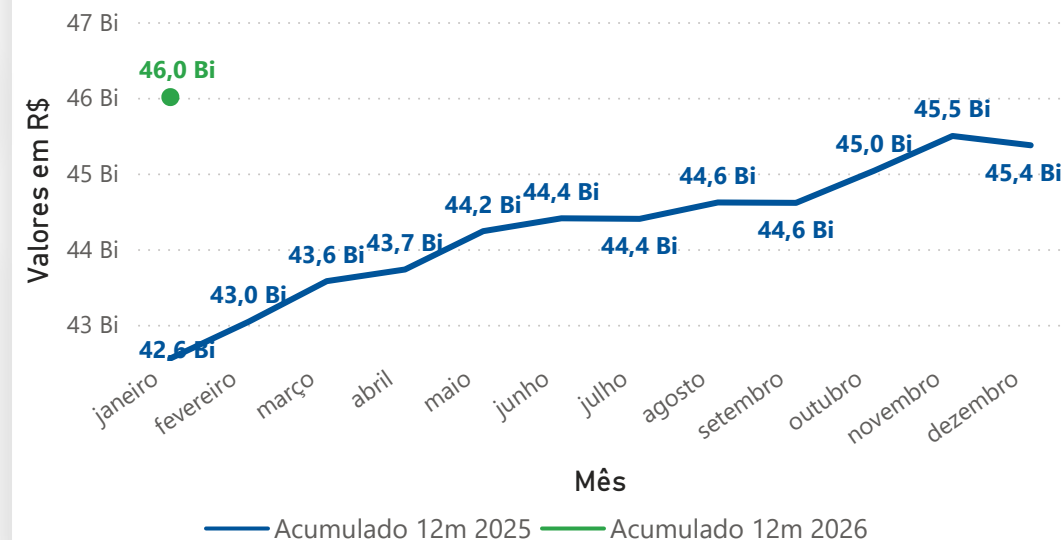
46,01 Bi

Realizado em janeiro
(Acum.12 meses)

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 12m. 2025	Acumulado 12m. 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) 12m Acumulado
janeiro	3.468 Mi	4.105 Mi	42.554 Mi	46.007 Mi	▲ 18,35%	▲ 8,12%
fevereiro	3.679 Mi		43.039 Mi			
março	3.462 Mi		43.575 Mi			
abril	3.502 Mi		43.729 Mi			
maio	4.142 Mi		44.236 Mi			
junho	3.654 Mi		44.406 Mi			
julho	3.512 Mi		44.399 Mi			
agosto	3.681 Mi		44.615 Mi			
setembro	3.657 Mi		44.610 Mi			
outubro	4.499 Mi		45.035 Mi			
novembro	4.188 Mi		45.494 Mi			
dezembro	3.927 Mi		45.371 Mi			

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores das finanças públicas, utilizada, entre outros fins, para monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à Despesa com Pessoal. Para o mês de **janeiro** de 2026, a RCL acumulada nos últimos 12 meses foi de **R\$ 46,01** bilhões, crescimento de **8,12%** na comparação com o mesmo período do ano anterior.

RCL acumulada 12 meses



Realizado 2025 e Realizado 2026 por Mês



Despesa com Pessoal sobre a RCL*

Comparativo anual - Apenas Executivo

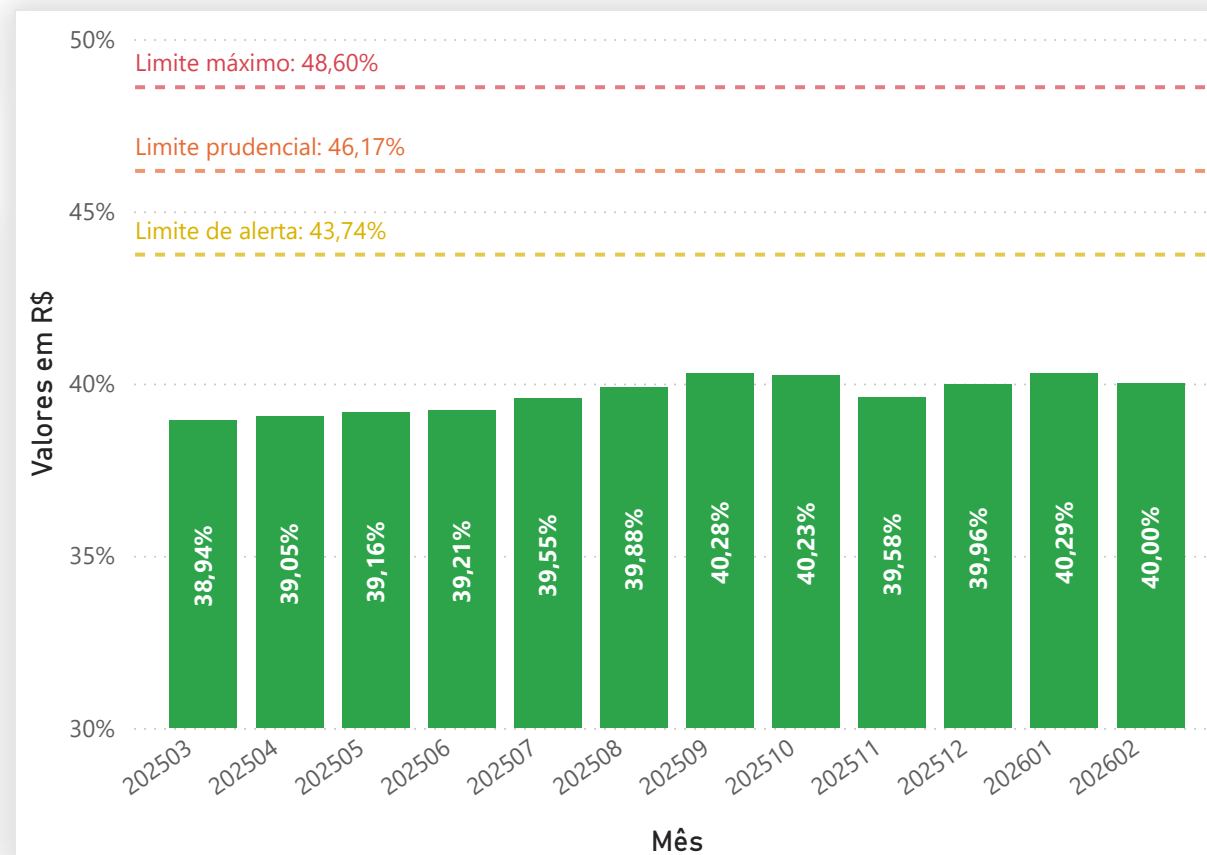
18,27 Bi

Realizado em janeiro
(Valor mensal)

40,29%

Realizado em janeiro
(Acum.12 meses)

Ano (Mês)	Despesa com Pessoal (DTP) Acumulada 12m	Receita Corrente Líquida Ajustada Acumulada 12m	DTP sobre RCL ajustada
202602		45.360,61 Mi	40,00%
202601	18.273,85 Mi	45.360,61 Mi	40,29%
202512		45.360,61 Mi	39,96%
202511		45.425,08 Mi	39,58%
202510		44.966,57 Mi	40,23%
202509		44.541,37 Mi	40,28%
202508		44.546,39 Mi	39,88%
202507		44.329,87 Mi	39,55%
202506		44.334,41 Mi	39,21%
202505		44.154,07 Mi	39,16%
202504		43.644,67 Mi	39,05%
202503		43.490,75 Mi	38,94%



A 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) trouxe uma mudança significativa na apuração da Despesa Total com Pessoal (DTP) para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta nova edição, os contratos com Organizações Sociais (OS) foram excluídos da base de cálculo da DTP. Em janeiro de 2026, a despesa acumulada em 12 meses totalizou **R\$ 18,27 bilhões**. Considerando a Receita Corrente Líquida Ajustada para limites de DTP de R\$ **45,36 bilhões** no período, o índice DTP/RCL ficou em **40,29%**. Este resultado situa o Estado abaixo do Limite de Alerta (**43,74%**).

* Valores representam uma estimativa.

Disponibilidade de Caixa

Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida - Apenas Executivo

7,61 Bi

Realizado em janeiro

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2026

12,45 Bi

Realizado em janeiro

DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2025

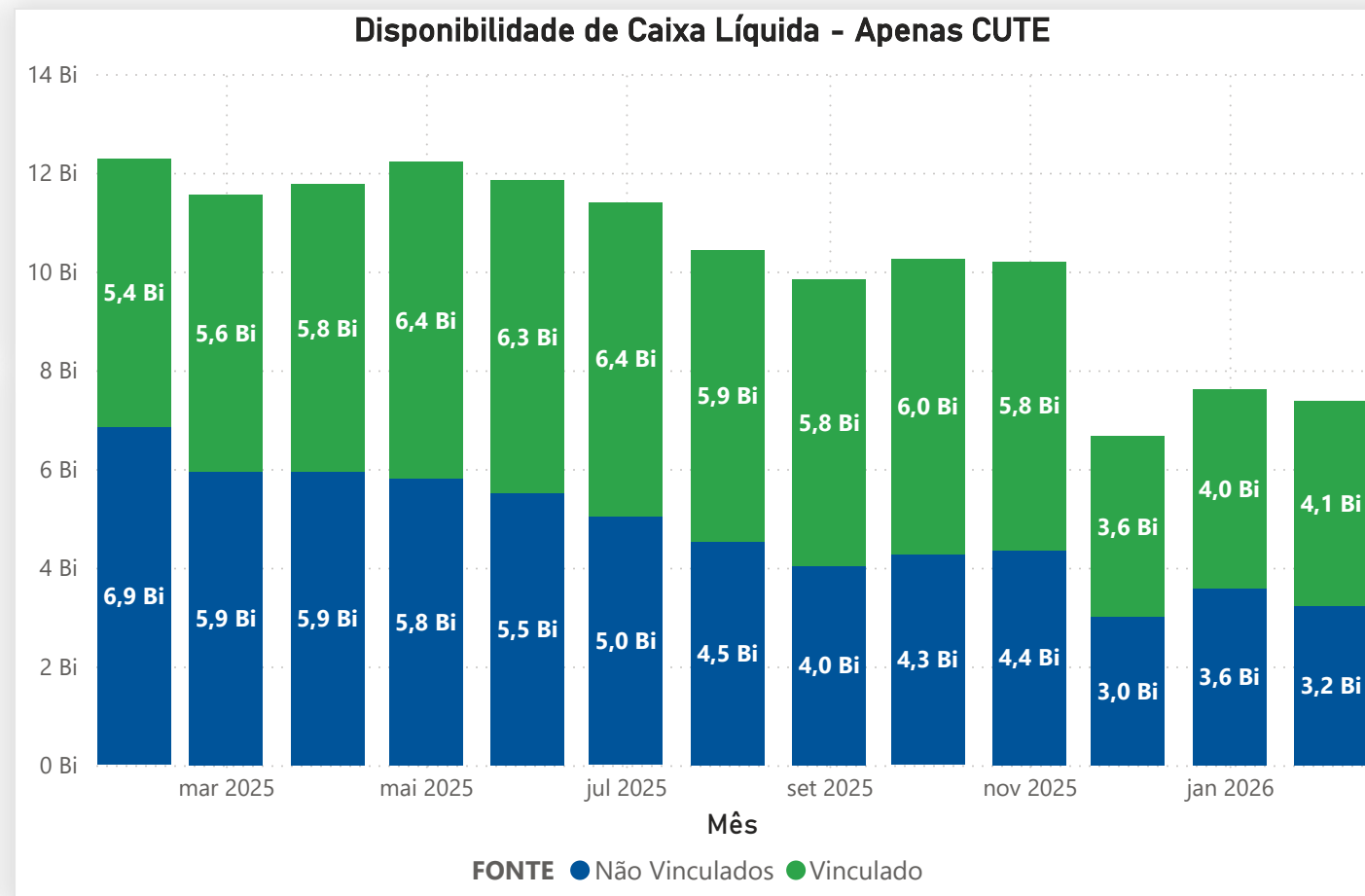
-38,91%

VARIÇÃO (%)

FONTE	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade e Caixa bruta fora CUTE (b)	Restos a Pagar (c)	Outras Obrigações Financeiras (d)	Disp. de caixa líquida da CUTE (a-b-c-d)
Vinculado	8.010,14 Mi	2.492,17 Mi	1.193,89 Mi	299,73 Mi	4.024,36 Mi
Não Vinculados	4.934,30 Mi	314,32 Mi	954,99 Mi	83,71 Mi	3.581,27 Mi
Total	12.944,44 Mi	2.806,48 Mi	2.148,88 Mi	383,44 Mi	7.605,64 Mi

O painel apresenta a Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida do Poder Executivo no período de janeiro de 2026. A Disponibilidade de Caixa Bruta alcançou **R\$ 12,94 bilhões**. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) **R\$ 2,81 bilhões**, dos Restos a Pagar **R\$ 2,15 bilhões** e de outras obrigações financeiras **R\$ 383,44 milhões**, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou **R\$ 7,61 bilhões**.

Além disso, observa-se que a Disponibilidade de Caixa Líquida apresentou uma redução de **-38,91%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizava **R\$ 12,45 bilhões**.



RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado de Goiás

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
Secretário de Estado da Economia

RENATA LACERDA NOLETO
Secretária-Adjunta

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA
Subsecretário do Tesouro Estadual

JULIANA CAMILO MANZI PORTO
Superintendente Financeira

PAULO ROBERTO SCALCO
Gerente de Projeções e Análises Fiscais

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR
Subsecretário Central de Orçamento

WAYSER LUIZ PEREIRA
Subsecretário da Receita Estadual

DEIBE PAIVA LIMA
Superintendente de Informações Fiscais

MARCELO DE MESQUITA LIMA
Superintendente de Controle e Auditora

FABIANO GOMES DE PAULA
Superintendente de Recuperação de Créditos

GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS CARDOSO
Superintendente de Fiscalização Regionalizada

MARINA TORRES PACHECO
Gerente de Integração e Análise de Dados

FERNANDO CÉSAR GANZER
Gerente de Combustíveis

NIXON WANDER GENTIL RAMALHO
Gerente de Substituição Tributária

HELBER RICARDO DE OLIVEIRA
Gerente de Auditoria de Indústria e Atacado

ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO
Gerente de Auditoria de Varejo e Serviços

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DOS SANTOS
Gerente de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA

RODRIGO DE PAULA SILVA
Gerente do ITCD

JORGE ARÊAS DIMARIA DA SILVA
Gerente do IPVA

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Henrique Barros Lemos – GIAD
Leandro Bueno Chaves - GIAD
Ramon Raito Philot Mathias - GIAD
Graciela Aparecida Profeta - GEPAF
Luiz Batista Alves - GEPAF
Natanael Soares Leite – GEPAF
Raphael Maciel de Lima – GEPAF



ECONOMIA
Secretaria de
Estado da
Economia



goias.gov.br/economia